



Banco PAN

**Demonstrações Financeiras Consolidadas
Exercício 2014 – IFRS**

30 de Março de 2015

Banco Pan S.A.
Demonstrações Financeiras
Consolidadas
(nova denominação do Banco
Panamericano S.A.)
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2014

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores

Banco Pan S.A. (nova denominação do Banco Panamericano S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pan S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 15, existem em 31 de dezembro de 2014 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,8 bilhões no Banco Pan S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de fevereiro de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto

São Paulo, 30 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0



BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa			PASSIVO	Nota explicativa		
		31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	8	47.298	47.864	Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		22.208	8.440
Depósitos Compulsórios no Banco Central		2.917	2.345	Derivativos	9	22.208	8.440
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo		2.370.025	1.422.967	Passivos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado		2.322.651	2.047.776
Ativos financeiros mantidos para negociação		657.135	299.336	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	25	773.610	687.904
Instrumentos de dívida	10	475.980	86.507	Dívidas subordinadas	28	1.548.314	1.351.140
Derivativos	9	24.310	17.702	Derivativos	9	727	8.732
Recebíveis imobiliários	16	156.845	195.127	Passivos Financeiros a Custo Amortizado		18.109.743	15.799.158
Ativos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por Meio do Resultado		341.404	198.617	Depósitos de instituições financeiras	21	9.807.561	7.491.372
Derivativos	9	341.404	198.617	Depósitos de clientes	22	2.843.003	2.860.930
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		1.371.486	925.014	Recursos de emissão de títulos	24	4.394.441	4.436.843
Instrumentos de dívida	10	1.371.486	925.014	Obrigações por empréstimos e repasses	23	168.317	339.849
Instrumentos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado		18.660.860	16.233.916	Relações com correspondentes	26	107.299	129.740
Ativos Mantidos até o Vencimento		392.546	457.603	Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	27	789.122	540.424
Instrumentos de dívida	10	392.546	457.603				
Empréstimos e Recebíveis		18.268.314	15.776.313	Provisões	29	303.904	480.386
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11	957.537	1.230.697	Provisões para passivos contingentes		303.904	244.208
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12	17.260.426	14.472.101	Provisões técnicas de seguros		-	182.937
Outros empréstimos e recebíveis		6.584	8.006	Provisões para riscos fiscais		-	53.241
Instrumentos de dívida	10	33.556	52.351	Passivos Fiscais	15	143.876	211.159
Benefício residual em operações securitizadas	17	10.211	13.158	Correntes		34.335	65.888
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	101.723	74.564	Diferido		109.541	145.271
Impostos		3.199.886	3.223.648	Outros Passivos	30	1.033.454	1.136.690
A compensar		353.118	380.045				
Diferido	15	2.846.768	2.843.603	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.643.506	2.239.188
Outros Ativos	18	886.714	602.403	Capital social:		3.460.732	2.867.020
Ativo Tangível	19	55.369	65.431	De domiciliados no país		3.211.194	2.556.338
Ativo Intangível		254.570	249.679	De domiciliados no exterior		249.538	310.682
Ágio	6	218.727	218.727	Reserva de capital		195.208	-
Outros ativos intangíveis	20	35.843	30.952	Reserva de lucros		11.839	-
				Ajustes de avaliação patrimonial		(24.273)	(16.285)
				Lucros/Prejuízos acumulados		-	(611.547)
				Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas não controladores	31f	20	21
TOTAL DO ATIVO		25.579.362	21.922.818	TOTAL DO PASSIVO		25.579.362	21.922.818

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	32	2.784.980	3.260.931
Receitas com juros e similares		6.889.029	6.568.561
Despesas com juros e similares		(4.104.049)	(3.307.630)
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	13	(908.542)	(1.113.791)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		276.423	211.686
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		2.152.861	2.358.826
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros		120.732	(48.215)
Resultado de instrumentos de dívida mantidos para negociação		19.935	5.197
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9	100.797	(53.412)
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	37	(764)	(9.641)
Receitas de tarifas e comissões	33	208.181	181.151
Despesas administrativas		(1.721.398)	(1.654.973)
Despesas de pessoal	34	(453.342)	(430.255)
Outras despesas administrativas	36	(1.268.056)	(1.224.718)
Depreciações e amortizações		(29.141)	(21.731)
Provisões (líquidas)	38	(212.505)	(106.767)
Resultado líquido das operações de seguros	39	123.996	85.142
Despesas tributárias	35	(195.862)	(217.509)
Outras receitas (despesas) operacionais	40	(684.806)	(541.700)
Resultado na alienação de investimentos em participação societária	1a	386.530	-
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(66.000)	(46.841)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		81.824	(22.258)
Imposto de renda e contribuição social	15f	691	(71.786)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(28.644)	(3.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		29.335	(68.412)
LUCRO/PREJUÍZO		82.515	(94.044)
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos controladores		82.516	(94.043)
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos não controladores		(1)	(1)
Lucro/Prejuízo básico e diluído por 1.000 ações (em reais - R\$)	31g	0,21	(0,32)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	82.515	(94.044)
<u>Itens que serão subsequentemente lançados ao resultado</u>	(7.988)	(15.307)
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	(12.115)	(23.195)
Efeito tributário	4.127	7.888
<u>Resultado abrangente total</u>	74.527	(109.351)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	74.528	(109.350)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não-controladores	(1)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/Prejuízos acumulados	Participação do acionista controlador	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	-	(978)	(517.504)	2.348.538	24	2.348.562
Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	-	(94.043)	(94.043)	(1)	(94.044)
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	-	(15.307)	-	(15.307)	-	(15.307)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(15.307)	(94.043)	(109.350)	(1)	(109.351)
Redução de participação de acionistas não controladores (nota 31.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	-	(16.285)	(611.547)	2.239.188	21	2.239.209
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	-	(16.285)	(611.547)	2.239.188	21	2.239.209
Aumento de Capital (Nota 31.b)	593.712	737.889	-	-	-	-	-	1.331.601	-	1.331.601
Absorção de Prejuízo (Nota 31.c)	-	(542.681)	-	-	-	-	542.681	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	278.378	278.378	-	278.378
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	-	(7.988)	-	(7.988)	-	(7.988)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(7.988)	278.378	270.390	-	270.390
Destinações:										
Reserva Legal (Nota 31.c)	-	-	232	-	-	-	(232)	-	-	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 31.c)	-	-	-	11.607	-	-	(11.607)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (nota explicativa nº 31.d)	-	-	-	-	-	-	(1.811)	(1.811)	-	(1.811)
Redução de participação de acionistas não controladores (nota 31.f)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	195.208	232	11.607	(24.273)	195.862	3.839.368	3.839.368	20	3.839.388

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	81.824	(22.258)
AJUSTES PARA RECONCILIAR O PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS AO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	(29.738)	(63.628)
Depreciações e Amortizações	29.141	21.731
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	(22.284)	(48.978)
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	86.048	98.416
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	10.867	6.382
Ganho na venda de imobilizado/investimento	(386.530)	-
Provisões Líquidas	212.505	106.767
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	908.542	1.113.791
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	38.991
Lucro líquido ajustado	890.375	1.251.214
Varição de Ativos e Passivos:		
(Aumento) em depósitos compulsórios	(572)	(1.078)
(Aumento)/Redução em Instrumentos de dívida	(378.666)	355.733
(Aumento) em derivativos ativos	(149.395)	(9.087)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(343.838)	(86.940)
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes	(3.654.216)	(3.379.328)
(Aumento) em outros ativos	(407.148)	(396.728)
Aumento em passivos financeiros para negociação	13.769	3.921
(Redução) em relações com correspondentes	(22.441)	(22.622)
Aumento em depósitos de instituições financeiras	2.316.189	2.261.009
(Redução)/Aumento em depósitos de clientes	(17.927)	397.309
(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	248.698	(742.584)
(Redução) em passivos fiscais	(67.284)	(80.532)
Aumento/(Redução) em outros passivos	175.721	(117.148)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(52.210)	(57.527)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.448.945)	(624.388)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
(Aumento)/Redução do ativo tangível	(6.755)	(36.823)
(Aumento)/Redução do ativo intangível	(22.042)	(17.480)
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	56.368	121.579
Aquisição /Alienação de investimentos	386.488	-
Varição de ativos financeiros disponíveis para venda	(446.472)	509.995
Varição de ativos financeiros mantidos até o vencimento	65.057	(155.712)
Aquisição da carteira de crédito do Banco Cruzeiro do Sul	-	(351.000)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	32.644	70.559
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
(Resgate)/Emissão de letras financeiras	(459.457)	843.140
(Redução) em obrigações por títulos e valores mobiliários	(37.191)	(33.489)
(Redução)/Aumento em dívidas subordinadas	(99.915)	11.234
Emissão de letras de crédito do agronegócio	35.774	314.769
Juros sobre o capital próprio a pagar	(1.811)	-
Aumento de capital e depósito de acionista	1.331.601	-
Varição nas participações minoritárias	(1)	(3)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	769.000	1.135.651
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(647.301)	581.822
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	924.861	279.411
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	29.738	63.628
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO (Nota 8)	307.298	924.861
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	647.301	(581.822)
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(3.025.433)	(1.662.367)
Juros recebidos	4.541.904	4.270.503
Transferência de ativos não correntes mantidos para venda	(48.439)	(202.749)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(12.114)	(23.195)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento à empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e alternativa de *funding* para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de cessão de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira de crédito para outras instituições financeiras. A cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios faz parte da estratégia operacional da instituição, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,0	102.031.711	25,9	374.896.904	40,4
Caixa Participações S.A. - Caixapar	262.164.546	49,0	112.732.358	28,6	374.896.904	40,4
Conselho de Administração	5	-	105	-	110	-
Mercado	3	-	179.246.242	45,5	179.246.245	19,2
Total	535.029.747	100,0	394.010.416	100,0	929.040.163	100,0

A composição acionária acima considera o aumento de capital social aprovado em 13/06/2014 dentro do limite do capital autorizado, onde foram subscritas e integralizadas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.601 destinados respectivamente R\$ 593.712 para Capital Social e R\$ 737.889 para Reserva de Capital. O processo foi aprovado pelo BACEN em 29/08/2014.

Alienação / Aquisição

a) Alienação da participação societária na PAN Seguros e na PAN Corretora

O Banco Pan S.A. e seus controladores, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que o Conselho de Administração do Banco PAN aprovou, em reunião realizada em 21/08/2014, por voto favorável de todos os seus conselheiros independentes, a venda da participação societária detida pelo Banco PAN nas sociedades Pan Seguros S.A. (“PAN Seguros”) e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“PAN Corretora”).

Nesse contexto, foram celebrados, contratos de compra e venda por meio dos quais o Banco PAN alienou (i) a totalidade da participação societária por ele detida na PAN Seguros à BTG Pactual Seguradora S.A. (“BTGP Seguradora”), uma sociedade controlada do BTG Pactual, e (ii) a totalidade da participação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

societária por ele detida na PAN Corretora ao BTG Pactual e à CaixaPar, pelo valor total combinado de R\$ 580.000, o qual foi corrigido pela variação positiva de 100% da Taxa DI até a consumação do fechamento das Operações.

Em 29/12/2014, após todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo a aprovação pelo Banco Central do Brasil, foram concluídas as operações previstas nos contratos de compra e venda resultando em um ganho no montante de R\$ 386.530 antes dos impostos, sendo que eventuais desembolsos futuros com determinadas contingências relativas ao período de gestão do PAN serão por este indenizados.

Esta venda permitirá que o Banco PAN mantenha o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco PAN acordou, também no contexto das Operações, um acordo operacional de distribuição com a PAN Seguros, válido por 20 anos a partir do fechamento das Operações, por meio do qual a PAN Seguros utilizará o balcão do Banco PAN na comercialização de seus produtos de seguros.

b) Aquisição da carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A. – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira na época contava com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um deságio de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que estão sendo apropriados ao resultado do Banco PAN, pelo prazo médio de liquidação da carteira adquirida.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco PAN foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”)), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (atualmente *IFRS Foundation*).

Estas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2014 foram aprovadas pela Diretoria em 30/03/2015.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

2.2. Base de consolidação

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as controladas e Entidades de Propósitos Específicos (EPEs), cujos percentuais de participação do controlador são os descritos a seguir.

Entende-se por “controladas” as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle. Essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As “Entidades de Propósito Específico” (EPE) são criadas para cumprir um objetivo específico e bem definido em operações e estruturas específicas. Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12, caso a organização as controle sob uma perspectiva econômica.

	Participação total %	
	31/12/2014	31/12/2013
Controladas diretas:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
PAN Seguros S.A. (a)	-	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda. (a)	-	99,99
Controladas indiretas:		
Brazilian Finance e Real Estate S.A.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A.	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária	99,99	99,99
Entidades de propósitos específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (b)	-	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (b)	-	100,00
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty	100,00	100,00
BS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário (c)	-	100,00

(a) Empresas alienadas em 29/12/2014;

(b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto no SIC 12 – “Consolidation Special Purpose Entities” e foram encerrados em 20/01/2014, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e

(c) Fundo encerrado em 30/10/2014.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs e de saldos de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras decorrente de transações de vendas com retenção de riscos e benefícios.

No processo de consolidação dos FIDCs e de venda de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios com instituições financeiras, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de “Empréstimos e recebíveis a clientes” do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Passivos Financeiros ao custo amortizado – obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito efetuadas foi eliminado integralmente como ajuste de “Receitas com juros e similares”.

Na rubrica “Receitas com juros e similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios apropriados pelos FIDCs, e o custo do financiamento, na rubrica “Despesas com juros e similares”.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no balanço patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica “Receitas com juros e similares” e “Despesas com juros e similares”.

b) Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs)

Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e são retidos substancialmente os riscos e benefícios sobre as operações, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e que possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.

i. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas) do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Conforme estabelecido em seus regulamentos, os FIDCs buscavam, mas não garantiam atingir determinada rentabilidade de percentual, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

ii. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

A relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

- a) Em Assembléia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Os fundos foram encerrados em 20/01/2014. Em 31/12/2013 o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304.

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

iii. Natureza do envolvimento do Banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

Não havia previsão de coobrigação do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizados com os FIDCs Caixa CDC e o Caixa Master CDC. O Banco subscrevia e devia manter, no mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se houvesse o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tinha a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tinha a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limitava às cotas subordinadas já subscritas.

iv. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs

Nos exercícios findos em 31/12/2014 e 31/12/2013, não houve cessões aos FIDCs. Ao manter os investimentos em cotas subordinadas dos FIDCs anteriormente mencionados, o Banco retém substancialmente os riscos e benefícios sobre os ativos transferidos e, desta forma, os recebíveis foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, portanto, não há ajustes em IFRS decorrentes dessas operações.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC (1)		Caixa Master CDC FIDC (1)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Disponibilidades	-	6	-	11
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	1.549	-	4.049
Direitos creditórios	-	89.912	-	517.979
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(57.334)	-	(316.313)
Outros valores	-	5	-	3
Total do Ativo		34.138	-	205.729
Passivo				
Outras obrigações	-	27	-	113
Patrimônio líquido	-	34.111	-	205.616
Cotas seniores	-	207	-	2.312
Cotas subordinadas	-	33.904	-	203.304
Total do Passivo	-	34.138	-	205.729

(1) Fundo encerrado em 20/01/2014

v. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorviam integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos até o limite destas.

vi. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Os FIDCs foram encerrados em 20/01/2014, em 31/12/2013 o Banco PAN e suas empresas controladas eram os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208, sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

vii. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu no próprio mês em janeiro/2014.

2.3.Reclassificação para fins de comparabilidade

Com a finalidade de aprimorar a apresentação das informações financeiras, o Banco passou a demonstrar alguns ativos em rubricas específicas, dessa forma para melhor comparabilidade das Demonstrações Financeiras em IFRS, o Banco efetuou reclassificações que não se referem a mudanças de políticas contábeis, segue:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Ativo	31/12/2013	Reclassificações	31/12/2013
	Publicado		Reclassificado
Impostos a compensar	366.817	13.228	380.045
Outros Ativos	615.632	(13.228)	602.403

Demonstração do Resultado Consolidada	31/12/2013	Reclassificações	31/12/2013
	Publicado		Reclassificado
Receitas com juros e similares (a)	6.571.279	(2.718)	6.568.561
Despesas com juros e similares (b)	(3.281.694)	(25.936)	(3.307.630)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (c)	-	211.686	211.686
Outras despesas administrativas (d)	(1.225.227)	509	(1.224.718)
Provisões (líquidas) (e)	(103.166)	(3.601)	(106.767)
Outras receitas (despesas) operacionais (f)	(366.790)	(174.910)	(541.700)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda (g)	(41.811)	(5.030)	(46.841)

- (a) Refere-se substancialmente a valores que estavam alocados em Receitas com juros e similares reclassificado para Outras receitas (despesas) operacionais;
- (b) Refere-se a valores de descontos concedidos que estavam alocado em Outras receitas (despesas) operacionais e foi reclassificado para Despesas com juros e similares;
- (c) Para efeito de melhor apresentação, os créditos recuperados estão sendo demonstrados em linha específica;
- (d) Provisões trabalhistas que estavam alocadas em Outras despesas administrativas e foram reclassificadas para Provisões (líquidas);
- (e) Refere-se a contingências cíveis e tributárias, alocadas em Outras receitas (despesas) operacionais e reclassificadas para Provisões (líquidas), mais o efeito mencionado no item d.
- (f) Considera todas as alocações dos itens (a), (b), (c), (e) e (g); e
- (g) Refere-se a valores de *Impairment* de ativos, reclassificados de Outras receitas (despesas) operacionais para Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando a Resolução nº 3.786/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que a partir de 31/12/2010 requer a elaboração de demonstração financeira consolidada de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

- Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.
- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. A mensuração subsequente é feita através do custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.
- Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros” na demonstração consolidada do resultado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, o Banco classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

a) Ativos financeiros para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

b) Designados a valor justo: essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquidos de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:
 - (a) os que a Entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
 - (b) os que a Entidade designa como disponível para venda; e
 - (c) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

Estes investimentos são mensurados pelo custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo este mensurado pelo custo amortizado, deduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias excepcionais previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da Administração.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalente de caixa:** saldos de caixa, depósitos à vista no País e no Exterior, e investimento de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até noventa dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representado por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).
Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”.
- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.
Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** correspondem aos passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).
As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de “Despesas de juros e similares”.

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge (hedge accounting)*.
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no Exterior.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no País e no Exterior para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação no caso dos FIDCs, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não mensurados pelo valor justo são registrados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas (nota 3Cv).

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajuste de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de “Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros”. Os juros/ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de *input* observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Certos passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem a obrigações de títulos e valores mobiliários no exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de *swap* e “futuros”. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2014 e 31/12/2013, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	475.280	181.855	657.135	87.226	212.110	299.336
Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	341.404	341.404	-	198.617	198.617
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.122.160	249.326	1.371.486	802.247	122.767	925.014
Passivos financeiros para negociação	7.737	14.471	22.208	6.235	2.205	8.440
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	2.322.651	2.322.651	-	2.047.776	2.047.776



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	31/12/2014	31/12/2013		
ATIVO:	771.885	533.494		
Ativos financeiros para negociação	181.155	212.110		
Contratos de <i>swap</i>	24.310	16.983	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Recebíveis Imobiliários	156.845	195.127	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Ativos financeiros disponíveis para venda	249.326	122.767		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	249.326	122.767	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	341.404	198.617		
Contratos de <i>swap</i>	341.404	198.617	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
PASSIVO:	2.337.122	2.049.981		
Passivos financeiros para negociação	14.471	2.205		
Contratos de <i>swap</i>	14.265	1.954	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Contratos de NDF	206	251	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	2.322.651	2.047.776		
Contratos de <i>swap</i>	727	8.732	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Dívidas subordinadas	1.548.314	1.351.140	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior	773.610	687.904	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: O Banco não apresentava em 31/12/2014 e 31/12/2013 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e outros passivos financeiros ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	18.217.963	19.680.132	15.702.798	16.011.914
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17.260.426	18.722.595	14.472.101	14.781.217
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	957.537	957.537	1.230.697	1.230.697
Ativos mantidos até o vencimento	392.546	395.284	457.603	435.087
Instrumentos de dívida	392.546	395.284	457.603	435.087
Passivos financeiros ao custo amortizado	18.109.743	17.084.457	15.799.158	14.618.527
Depósitos de clientes	2.843.003	3.267.850	2.860.930	3.168.668
Recursos de emissão de títulos	4.394.441	4.231.245	4.436.843	4.180.640
Obrigações por empréstimos e repasses	168.317	236.469	339.849	239.141
Depósitos de instituições financeiras	9.807.561	8.454.482	7.491.372	6.359.914
Relações com correspondente	107.299	107.299	129.740	129.740
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	789.122	787.112	540.424	540.424

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mantidos até o vencimento incluem cotas de fundos de investimentos, títulos públicos e DPGE. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas cotas, PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro BM&FBOVESPA, respectivamente.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando, e apenas se:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial consolidado. Transferências de ativos com retenção de todos ou a maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessões de créditos com coobrigação efetuados às instituições financeiras e sem coobrigação efetuados aos FIDCs conforme mencionado na nota 2, e operação de venda de títulos com compromissos de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre o mesmo. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Conforme o IAS 39, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens hedgeados quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens hedgeados durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

• **Estrutura de Hedge**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *swaps* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) das captações externas em aberto (obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior e dívidas subordinadas).

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

• **Posição ativa**

A posição ativa da operação de *hedge* contábil é composta por posições em Dólar Americano (US\$) e taxas de juros (Depósito Interfinanceiro / CDI ou Prefixada) que apresentam como fatores primitivos de risco o preço à vista da moeda americana (dólar pronto) e a taxa de juros prefixada em reais (curva pré).

• **Posição passiva**

A posição passiva da operação de *hedge* é composta por instrumentos de dívida emitidos nos mercados internacionais, na forma de *Euro Medium-Term Notes (Bonds)* e dívida subordinada. À semelhança dos *Bonds*, representam a obrigação do emitente em pagar periodicamente juros a seu detentor, reembolsando o principal na data do vencimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados na operação de *hedge* contábil estão apresentados na nota 9.

g) Redução do valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificado como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com as mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “empréstimos e recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota 7.2.1 – Risco de Crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, neste caso, essas operações são consideradas improváveis quanto a sua recuperação. Essas operações passam a ser controladas fora do balanço patrimonial.

Em caso de redução ao valor recuperável dos ativos mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida como uma diminuição do valor contábil do ativo, sendo incluído no resultado do exercício.

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i) Operações compromissadas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”.

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “Outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso e 25 anos para imóveis.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração consolidada do resultado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

A depreciação dos ativos tangíveis é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

I) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de entidade ou exercidos com essa finalidade.

São representados por:

i. Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Já as adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, para estes casos, é realizada pelo método linear de acordo com o prazo contratual, a partir da disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O teste de *impairment* é realizado no mínimo a cada data de encerramento de exercício e sempre que houver evidência objetiva de perda ao valor recuperável da respectiva classe de ativos.

ii. Softwares:

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os mesmos e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Estes custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de dois a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

m) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido pelo seu valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado pelo custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

n) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

o) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos que foram utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas com juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados / incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

p) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

q) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

Os benefícios que vencem num prazo superior a doze meses após a data do balanço, quando aplicáveis, são descontados a valor presente.

r) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre determinados limites e contribuição social de 15% para as empresas financeiras e do ramo de seguros, e de 9% para as demais empresas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 15d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de renda e Contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

s) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial consolidado na conta de “Empréstimos e recebíveis”.

O balanço patrimonial consolidado foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Carteira de arrendamento	1.381	3.398
Imobilizado de arrendamento	192.822	455.304
Depreciações acumuladas	(170.148)	(389.769)
Superveniência de depreciação	134.266	328.589
Credores por antecipação do valor residual	(116.979)	(258.320)
Saldo a valor presente	41.342	139.202



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

t) Contratos de seguros

O IFRS 4 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguros". Conforme mencionado anteriormente, as ações detidas na PAN Seguros S.A. foram alienadas em 29/12/2014. A PAN Seguros S.A. procedia a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizavam-se como "contrato de seguro", uma vez que os contratos emitidos transferiam o risco significativo de seguro. A PAN Seguros S.A. definia como risco significativo de seguro, a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro.

• **Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)**

Conforme permitido pelo IFRS 1, na adoção do IFRS pela primeira vez, a Seguradora decidiu não alterar sua política contábil para contratos de seguros, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As provisões técnicas foram constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo Órgão Regulador das Seguradoras e com base em metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

As provisões técnicas constituídas pela então controlada PAN Seguros eram calculadas a partir das seguintes metodologias:

I. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

O cálculo desta provisão foi realizado a partir dos seguintes critérios de constituição:

- (a) Cálculos individuais por apólice ou endosso representativo de todos os contratos de seguros vigentes na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não foi definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da PPNG era efetuado por certificado ou item.
- (b) Cálculo da provisão efetuado *pro rata dia*, tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.
- (c) Cálculo a partir do prêmio comercial retido, que corresponde ao valor recebido ou a receber do segurado (valor do prêmio emitido, pago à vista ou parcelado), nas operações de seguro direto ou de congêneres (nas operações de cosseguro aceito), líquido de cancelamentos, de restituições e de parcelas de prêmios transferidas a terceiros, em operações com congêneres (nas operações de cosseguro cedido).
- (d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão deve ser calculada *pro rata dia*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco;
- (e) A sociedade seguradora não utilizava da prerrogativa da exclusão dos custos iniciais de contratação da base de cálculo da PPNG.

II. Provisão de prêmios não ganhos - Riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE)

Esta provisão foi constituída com a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A metodologia de cálculo aplicada pela PAN Seguros S.A., a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consistia na aplicação de percentuais médios, apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 meses, ou sobre a PPNG do mês de referência.

III. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Foi constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da controlada PAN Seguros S.A., obedecidos os seguintes critérios estabelecidos em norma:

- (a) A PAN Seguros S.A. possuía uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial para a apuração da PSL, a qual considerava as indenizações e as despesas relacionadas, inclusive nos casos referentes às ações em demandas judiciais.
- (b) A data de aviso do sinistro é correspondente a data do efetivo registro por parte da PAN Seguros S.A..
- (c) O fato gerador da baixa da PSL é o efetivo recebimento da indenização, pelo Segurado ou Beneficiário, ou conforme os demais casos previstos em Lei.
- (d) Os sinistros avisados às sociedades seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:
 - (i) O valor acordado entre o segurado e a PAN Seguros S.A.;
 - (ii) O valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela controlada PAN Seguros S.A.;
 - (iii) O valor estimado pela PAN Seguros S.A., quando não tenha o segurado indicado a avaliação do sinistro;
 - (iv) O valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo segurado e da oferecida pela PAN Seguros S.A., no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;
 - (v) O valor resultante da sentença transitada em julgado; e
 - (vi) O valor do sinistro médio, para os ramos em que a sociedade seguradora possuía informações capazes de gerar estatísticas consistentes, devendo ajustar esse valor registrado, após cada reavaliação do sinistro que melhore a estimativa da indenização a ser paga.

O critério de apuração da PSL, citado acima, está descrito em Nota Técnica Atuarial, a qual possui, também, uma metodologia estatístico-atuarial, para apurar uma eventual necessidade de ajuste da provisão aos valores atualmente constituídos para cada ramo estudado, conhecida no mercado segurador pela abreviatura *IBNER – Incurred but not enough reported*, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar o valor dos sinistros avisados a serem liquidados. Contudo, esta metodologia não era aplicada pela Seguradora, uma vez que a PSL não apresentava insuficiência nos diversos testes de consistência realizados.

A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT era constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Seguradora Líder).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

IV. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

O cálculo desta provisão visava a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da PAN Seguros S.A..

A metodologia de cálculo aplicada pela PAN Seguros S.A., a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, foi calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecidos como triângulo de *run-off*, que consideravam o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

Ainda em relação aos ramos em que a Provisão de IBNR é determinada a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, verificamos, através dos diversos testes de consistência já realizados, que não há necessidade de realizar ajustes agregados nesta provisão, também conhecido como *IBNER – Incurred but not enough reported*, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar o valor dos sinistros ocorridos mas não avisados a serem liquidados.

Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da PAN Seguros S.A., a provisão de IBNR foi obtida pela aplicação dos percentuais determinados pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT era constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

V. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Visava a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados.

Em resumo, a PDR foi obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo:

- ALAE – Parcela 1 – Despesas ocorridas mas não avisadas – IBNR;
- ALAE – Parcela 2 – Despesas avisadas mas não liquidadas – (PSL e IBNER);
- ULAE – Parcela 3 – Despesas ocorridas mas não avisadas – IBNR; e
- ULAE – Parcela 4 – Despesas avisadas mas não liquidadas – (PSL e IBNER).
- Onde:
- ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros – não alocáveis.

VI. Teste de adequação de passivos – TAP

Atendendo ao IFRS 4 e regulamentação do órgão regulador das Seguradoras que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, o resultado do TAP deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP nº 457/12, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de 31/12/2013, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31/12/2013 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos – 8,00%

Seguro de Pessoas – 18,48%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da PAN Seguros, data-base de 31/12/2013, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro estava adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/12.

u) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”, no consolidado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013 não existiam investimentos com potencial de diluição no Banco.

x) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

y) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Consórcios e (iii) Securitização de Recebíveis; (iv) Promotora de Vendas; e (v) Outros.

z) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

4) USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 9): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e recebíveis são mensurados por meio do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros disponíveis para venda e aqueles mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de um período de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota 15, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

5) NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

5.1. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS EM 31/12/2014

- Alteração do IAS 32, “Instrumentos Financeiros - Apresentação” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

- Entidades para Investimento: Alterações no IFRS 10 – “Demonstrações financeiras intermediárias”, IFRS 12 – “Divulgação de Participações em Outras Entidades” e IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas”. São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização de capital, rendas de investimento ou ambos. Não foram identificados impactos relevantes desta alteração para as demonstrações contábeis consolidadas.

- IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável dos Ativos” – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

- IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Essa alteração não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

- IAS 19 (R1) – “Benefícios a Empregados” – regra determina que a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros para fins de contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações contábeis consolidadas.

5.2. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – este normativo visa substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e inclui: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Efetivo a partir de 01/01/2018, os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- IFRS 15 – “Receitas de Contratos com Clientes” – este normativo requer que o reconhecimento da receita seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços ao cliente por um valor que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos destes bens ou serviços. Substitui o IAS 18, IAS 11, IFRICs 13, 15 e 18. Efetivo a partir de 01/01/2017 muito embora o IASB permite a adoção antecipada. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- IFRS 11 – “Negócios em Conjunto” – alteração compreende os critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos e operações controlados em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecido no IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetivo a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessas alterações serão avaliados quando houver este tipo de operações em conjunto.

- Alterações IAS 16 – “Imobilizado” e IAS 38 – “Ativos Intangíveis” – normativo esclarece o princípio para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo de benefícios econômicos futuros do ativo. Efetivo a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- Alterações IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas” e IAS 28 – “Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto” (*joint venture*) – alterações referem a uma inconsistência entre as exigências das duas regras ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Efetivo a partir de 01/01/2016 com adoção antecipada permitida pelo IASB. Os impactos estão sendo avaliados para fins de elaboração das demonstrações financeiras.

- Alterações IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – tem o objetivo de incentivar as instituições a identificar quais são as informações que são relevantes para serem divulgadas nas suas demonstrações contábeis. É esclarecido que a materialidade se aplica para o conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo também as notas explicativas e aplicável para todo e qualquer requerimento das normas IFRS. Efetivo a partir de 01/01/2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

- Alterações IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação – documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivo a partir de 01/01/2016 e adoção antecipada é permitida pelo IASB.

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – alterações contemplam a revisão do IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetivo para os exercícios a partir de 01/01/2016, com adoção antecipada permitida pelo IASB. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

6) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As combinações de negócios, que ocorreram após a adoção das normas internacionais foram contabilizadas e estão sendo divulgadas de acordo com o IFRS 3 (R) Combinação de Negócios.

6.1 Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE)

Em 19/07/2012, o Banco finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, Ourinvest Real Estate Holding S.A. (OREH).

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Ourinvest (BFRE) em 19/07/2012 é apresentado a seguir:

Balanco Patrimonial	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	7.087
Ativos financeiros para negociação e disponíveis para a venda	1.179.897
Empréstimos e recebíveis	1.446.241
Ativo imobilizado e intangível	168.581
Outros Ativos	92.829
Total	2.894.635
Passivos	
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	204.682
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.381.023
Outros passivos	429.611
Total	2.015.316
Total de ativos e passivos líquidos identificados	879.319
Ágio na aquisição	218.727
Total pago na aquisição	1.098.046

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição e rentabilidade futura, que não foi possível reconhecer separadamente. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende o caixa e equivalentes de caixa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O Banco procedeu ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo necessário proceder nenhum ajuste no mesmo. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

- Plano de negócios relativos aos próximos oito (8) anos da Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas controladas, aprovado pelo Conselho de Administração; e
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais da Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas controladas constantes do plano de negócios, utilizando-se uma taxa projetada do DI pela área técnica do Banco de 12,750%.

6.2 Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um desconto de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que foram apropriados ao resultado do Banco PAN, no momento da aquisição da carteira.

Seguem, na tabela abaixo, os valores e apuração dos resultados do negócio:

Resultado do Negócio	
(+) Valor presente de empréstimos e Adiantamentos a clientes adquiridos	382.591
(-) Total pago na aquisição	351.000
Deságio / Compra Vantajosa	31.591
Custos atrelados à compra do negócio	(17.550)

7) GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes principais riscos provenientes de suas atividades e dos instrumentos financeiros utilizados:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos com as informações da estrutura de capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros que a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é a Gerência Geral de Riscos Corporativos. O risco de crédito é administrado pela Gerência Geral de Risco de Crédito e o Risco Operacional, pela Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais.

O Banco PAN adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito da contraparte está relacionado ao não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações financeiras de títulos e valores mobiliários e de derivativos.

- **Risco de Liquidez:** Definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.
- **Risco de Mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Essas flutuações podem ser advindas de variações de preços (ações e mercadorias), de taxas de juros, de índices de preço, de câmbio e/ou de volatilidade, as quais alteram o valor de mercado dos títulos possuídos pela instituição.
- **Risco Operacional:** Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Os eventos de risco operacional podem ser:
 - Fraudes internas e externas;
 - Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
 - Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
 - Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
 - Fatores que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
 - Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
 - Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7.2.1. Risco de crédito

Na estrutura do Banco Pan, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco PAN tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise da capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

I. Empresas

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e unidades do Banco, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras próprias, cedida com coobrigação e cedida sem coobrigação FIDC para 31/12/2014. A exposição máxima atingiu R\$ 24,5 bilhões, sendo R\$ 2,2 bilhões deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

I. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2014		31/12/2013	
	Total	Redução ao valor recuperável	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	18.060.025	799.599	15.859.410	1.387.309
Outros Empréstimos e Recebíveis	6.584	-	8.006	-
Benefício Residual em Operações Securitizadas	10.211	-	13.158	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	957.537	-	1.230.697	-
Instrumentos de dívida	2.273.568	-	1.521.475	-
Instrumentos financeiros derivativos	365.714	-	216.319	-
Recebíveis imobiliários	156.845	-	195.127	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	2.220.161	-	1.921.555	-
Outros ativos	469.648	-	238.883	-
Exposição máxima ao risco de crédito	24.520.293	799.599	21.204.630	1.387.309

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumento de dívida são representados, substancialmente, por 87,52% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	31/12/2014	31/12/2013
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	11.344.011	9.579.503
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.347.446	2.356.755
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	4.368.568	3.923.152
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	18.060.025	15.859.410
Perdas por redução ao valor recuperável	(799.599)	(1.387.309)
Valor líquido	17.260.426	14.472.101

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir:

Maiores devedores	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	532.196	2,95	325.240	2,09
50 seguintes maiores devedores	1.224.305	6,78	880.180	5,55
100 seguintes maiores devedores	1.312.034	7,26	1.051.350	6,57
Demais devedores	14.991.490	83,01	13.602.640	85,79
Total	18.060.025	100,00	15.859.410	100,00



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 42.172 (R\$ 27.722 em 31/12/2013). Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

(I) A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldo	%	Saldo	%
1 a 30	1.544.270	65,78	1.514.283	64,25
31 a 60	515.943	21,98	540.145	22,92
61 a 90	287.233	12,24	302.327	12,83
Total	2.347.446	100,00	2.356.755	100,00

(II) A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2014		31/12/2013	
	Saldo	%	Saldo	%
A vencer	3.292.426	75,37	2.229.136	56,82
Vencidos até 90 dias	-	-	2.260	0,06
Vencidos acima de 90 dias	1.076.142	24,63	1.691.756	43,12
Total	4.368.568	100,00	3.923.152	100,00



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	13.632.088	75,98	12.315.749	77,66
Agroindústria	850.832	4,71	456.126	2,87
Açúcar e Etanol	254.408	1,41	129.216	0,81
Agronegócio e Proteína Animal	596.424	3,30	326.910	2,06
Comércio	902.770	5,00	907.314	5,72
Atacado e Varejo	902.770	5,00	907.314	5,72
Indústria de Base	408.674	2,26	336.037	2,12
Autopeças	25.953	0,14	174	-
Indústria Química	39.708	0,22	41.586	0,26
Óleo e Gás	20	-	20	-
Outras Indústrias	268.888	1,49	238.971	1,51
Papel e Celulose	61.670	0,34	48.941	0,31
Têxtil	12.435	0,07	6.345	0,04
Serviços	2.265.661	12,55	1.844.184	11,63
Construção e Incorporação	1.480.487	8,20	1.280.412	8,07
Financeiros	26.284	0,15	41.209	0,26
Locação de veículos	26.723	0,15	24.692	0,16
Mídia, TI e Telecom	31.490	0,17	15.347	0,10
Outros Serviços	517.454	2,87	350.492	2,21
Saúde, Segurança e Educação	11.369	0,06	6.915	0,04
Transporte e Logística	152.208	0,84	93.462	0,59
Utilitários	19.646	0,11	31.655	0,20
Total	18.060.025	100,00	15.859.410	100,00



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios exigidos pelo órgão regulador de bancos brasileiros (BACEN), por meio da Resolução nº 2.682/99.

Ratings de risco do BACEN	31/12/2014	31/12/2013
Rating A	12.341.412	10.652.080
Rating B	2.853.395	2.129.807
Rating C	1.287.098	1.006.677
Rating D	523.563	472.760
Rating E	206.566	205.578
Rating F	164.033	158.189
Rating G	116.307	148.380
Rating H	567.651	1.085.939
Total	18.060.025	15.859.410

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito e recuperação de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Financiamento Imobiliário, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados. Esta avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e pressupostos usados são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Metodologia de perda incorrida - Varejo

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria, cedida com coobrigação e sem coobrigação aos FIDCs, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objeto de cessão de crédito.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de vinte e quatro meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise onde é possível apurar a rolagem.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Além das informações de recuperação de crédito ao longo do tempo, outros componentes precisam ser adicionados ao cálculo para permitir a correta estimativa da perda incorrida.

Para tornar a estimativa mais precisa, os custos de cobrança são deduzidos da recuperação estimada. Os procedimentos para a recuperação de crédito envolvem diversas ações como envio de cartas, telefonemas, negativação, entre outros. Todas as despesas realizadas na tentativa de recuperar os ativos são consideradas.

Metodologia de perda incorrida – Empresas

Para a carteira de crédito Empresas (segmento *Middle*) foram analisadas todas as operações individualmente, utilizando os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*.

O modelo de classificação descrito na Norma de *Rating* Crédito Empresas leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente. Essas informações são adquiridas em visitas técnicas e em pesquisas junto ao mercado financeiro, clientes, fornecedores e concorrentes, além da estrutura de garantias da operação. Para critério de provisionamento, o *rating* nunca poderá ser melhor que o calculado utilizando a Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

PD – Probability of default

A PD das operações está relacionada ao rating atribuído pelo modelo de classificação

LGD - Loss Given Default

O LGD das operações está relacionado ao tipo de garantia e o produto da operação.

EAD - Exposure at Default

De maneira conservadora é utilizado EAD como o saldo devedor da operação.

LIP - Loss Identification Period

É atribuído ao LIP valor igual a 1.

7.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez visa estruturar as necessidades de caixa de acordo com os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos no curto e longo prazo, visando manter a liquidez necessária para cumprir suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas ou caracterizar situações que afetam sua imagem. A estratégia da Tesouraria privilegia a liquidez a partir da manutenção de uma carteira de ativos líquidos de curto prazo, na sua maioria composto de títulos, valores mobiliários e modalidades operacionais de curto prazo, empréstimos e adiantamentos para bancos e outros créditos interbancários, para assegurar que o Banco mantenha a liquidez necessária.

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco reavaliar periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

De acordo com a Resolução CMN 2.804/00, a área de riscos de mercado e liquidez gera e analisa, diariamente, o fluxo de caixa da instituição em um horizonte de 90 dias. O relatório com a previsão do caixa é enviado diariamente para a mesa de operações e diretoria.

Adicionalmente, é produzido e analisado mensalmente, de acordo com a Circular BACEN 3.393/08, o Demonstrativo de Risco de Liquidez.

O Banco também realiza a análise de descasamento do ativo e passivo em moeda (volume), prazo e taxa, no qual é usado para a tomada de decisões de estruturação de *hedges*.

ii. Exposição ao risco de liquidez

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	31/12/2014 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	25.874	14.738	43.739	144.952	491.546	5.186.776	5.907.625
Depósitos de instituições financeiras	-	8.344.766	429.097	111.719	249.747	132.949	173.093	9.441.371
Total de depósitos	-	8.370.640	443.835	155.458	394.699	624.495	5.359.869	15.348.996
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	21.177	-	-	831.278	-	852.455
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	57.603	60.566	2.815.303	2.933.472
Recursos de emissão de títulos	-	190.537	425.392	380.698	606.181	1.281.281	941.361	3.825.450
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	69.228	-	-	69.228
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	230	-	139	3.055	1.756	309	5.489
Relações com correspondentes	107.299	-	-	-	-	-	-	107.299
Cessão de crédito com coobrigações	-	41.007	45.525	48.794	114.156	168.257	518.585	936.324
Total	107.299	8.602.414	935.929	585.089	1.244.922	2.967.633	9.635.427	24.078.713



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2013 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	107.190	187.172	38.921	79.654	193.916	5.110.015	5.716.868
Depósitos de instituições financeiras	-	5.152.927	1.154.438	27.524	745.587	161.926	164.281	7.406.683
Total de depósitos	-	5.260.117	1.341.610	66.445	825.241	355.842	5.274.296	13.123.551
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	18.903	-	3.302	23.429	1.017.234	1.062.868
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	51.259	53.356	2.461.001	2.565.616
Recursos de emissão de títulos	-	249.291	304.894	777.812	599.075	1.529.538	2.048.532	5.509.142
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	3.719	120.933	118.996	243.648
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	1.817	-	5.074	4.472	15.724	997.297	1.024.384
Relações com correspondentes	129.740	-	-	-	-	-	-	129.740
FIDC	-	43.722	48.531	43.950	97.548	117.776	24.158	375.685
Cessão de crédito com coobrigações	-	57.008	67.782	61.956	152.063	192.611	56.235	587.655
Total	129.740	5.611.955	1.781.720	955.237	1.736.679	2.409.209	11.997.749	24.622.289

(*) Os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros, à exceção de derivativos financeiros com base no primeiro vencimento contratual (valor futuro). Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2014 e 31/12/2013.

Para o fluxo dos valores a pagar com base no valor presente dos passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como aquele decorrente do impacto de movimento de taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio, e spreads de crédito (não relacionados às alterações da classificação do crédito do credor/emissor) sobre os preços de mercado, valor dos instrumentos financeiros e/ou no resultado da instituição. A gestão do risco de mercado visa manter as exposições a esse risco dentro dos limites estabelecidos.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo PAN é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Tesouraria (ALM), que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

Cabe a área de Risco de Mercado:

- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar e comunicar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados a partir dos seguintes procedimentos e controles:

- Cálculo do VaR e testes de estresse.
- Análise de sensibilidade e influência nos resultados das variações de taxas, indexadores e preços (*banking book*);
- Gestão dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas; e

Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado.

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular BACEN nº 3.354/07, o Banco divide sua exposição a risco de mercado entre carteiras *trading* e *banking*. A unidade responsável pelo risco corporativo monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

Composta por todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consiste em sua maioria pelas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização (operações de crédito) e seus eventuais *hedges*.

iii. Ferramentas / Metodologias de análise

- **Value at Risk (VaR)**

Trata-se de um método estatístico de controle para determinação de perdas máximas potenciais de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O método é utilizado para o cálculo das posições líquidas de ativos e passivos expostos à variação de taxas, preços e moedas.

O VaR utilizado pela área de risco de mercado é de 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo.

- **Cenários de Estresse**

Atualmente o Conglomerado PAN define cenários de estresse dos preços, taxas e volatilidades, a fim de avaliar os impactos nos riscos e resultado.

Também são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do *banking book*, conforme determinado segundo a Circular Bacen 3.365/07.

- **Rban**

Em cenário de normalidade, a mensuração e o controle do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (Rban) são feitos a partir da metodologia VaR paramétrico delta-normal. Já o cenário de estresse estima o percentual de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação em relação ao Patrimônio de Referência, com utilização de choques compatíveis com 1° e 99° percentis de uma distribuição histórica de variações de taxas de juros.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

Diariamente a área de risco de mercado calcula as parcelas de risco de mercado das operações do *trading book* que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco e envia as posições através do Demonstrativo Diário de Risco (DDR).

Mensalmente, também compete à área enviar as posições em risco por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) e do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

iv. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto pela metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.361/07, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais. O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA) para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2014	31/12/2013	Δ%
VaR prefixados	5.547	4.830	14,84
Média 60 dias	9.700	6.124	58,39
Multiplicador	1,19	1,69	-29,59
Prefixados	27.022	33.525	-19,40
Cupom de índice de preços	-	254	-100,00
Risco de ações - PACS	-	3.663	-100,00

	31/12/2014			31/12/2013		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	2.739	13.401	522	6.356	23.049	19
Média 60 dias	10.999	39.460	1.461	6.228	9.721	3.107
Multiplicador	2	3	1	1,51	2,47	1,00
Prefixados	20.360	49.551	7.235	38.868	110.985	13.736
Cupom de índice de preços	11	254	-	20.093	135.369	-
Cupom de taxa de juros	38	829	-	1.778	5.648	-
Risco de ações - PACS	-	-	-	3.600	3.832	3.281

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2014	31/12/2013	Δ%
VaR prefixados	2.341	2.875	-18,57
VaR Selic	-	5	-100,00
VaR IPCA	-	12	-100,00
VaR ações	-	674	-100,00
VaR sem efeito diversificação	2.341	3.565	-34,33
VaR com efeito diversificação (1)	2.341	3.062	-23,55

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O quadro a seguir apresenta os valores médios, máximos e mínimos de VaR ao longo de 2014:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	1.293	5.068	135	2.152	5.846	16
VaR Selic	5	6	-	5	10	-
VaR CDI	1	6	-	-	1	-
VaR IPCA	11	12	-	1.076	13.236	-
VaR IGPM	-	-	-	3.335	27.466	-
VaR TR	-	-	-	207	683	-
VaR ações	71	670	-	671	715	609
VaR sem efeito diversificação	1.380	5.762	135	7.447	47.956	625
VaR com efeito diversificação	1.338	5.200	135	5.403	27.541	622

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para medir os riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2014	31/12/2013	Δ%
ES	2.682	3.508	-23,55
Teste Estresse Histórico	7.732	7.998	-3,33

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2014			31/12/2013		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	1.533	5.957	152	6.190	31.553	712
Teste Estresse Histórico	8.892	25.676	2.352	13.066	43.984	3.213

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

v. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

O risco de taxa de juros da carteira *banking* é acompanhado pela parcela de capital para risco de taxa de juros da carteira *banking* - RBAN. São testados dois cenários, simulando variações nas taxas em ambas direções (alta e baixa), sendo a Rban dada pela pior perda entre os dois. Os choques aplicados são baseados em histórico de retornos anuais das curvas.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2014	31/12/2013	Δ%
Prefixados	50.452	109.910	-54,10
Cupom de Moedas	394	3.418	-88,47
Cupom de Índice de Preços	13.134	82.582	-84,10
Cupom de Taxa de Juros	3.980	2.946	35,19
Rban Carteira	67.960	198.856	-65,82

Rban	31/12/2014			31/12/2013		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	48.025	85.138	31.917	68.268	156.472	4
Cupom de Moedas	2.711	5.850	394	1.819	3.419	417
Cupom de Índice de Preços	31.738	125.218	10.060	31.357	82.582	2.790
Cupom de Taxa de Juros	4.031	6.920	2.278	6.283	15.235	1.114
Rban Carteira	86.505	223.126	44.649	107.727	257.708	4.325



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A variação nos valores de Rban foram devidos à alteração na metodologia utilizada para o seu cálculo. Os resultados do modelo anterior se mostravam muito voláteis e com valores que não refletiam o perfil de risco da carteira *banking*, mas sim valores em cenários de estresse. Sem a diferenciação adequada, estes resultados podiam interferir de forma inapropriada na tomada de decisão nos negócios do Banco. Portanto, passamos a considerar o modelo e a metodologia mais comumente utilizados no mercado, que é o VaR paramétrico, para um horizonte de 10 dias.

Os níveis de Rban são acompanhados periodicamente pela área de riscos e estratégias para possíveis *hedges* são avaliadas no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

O gerenciamento e risco da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários de taxas de juros. A análise de sensibilidade demonstra o impacto na carteira global do Banco (*trading* e *banking*) de mudanças nas taxas de juros e no câmbio. Os cenários, com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA) de 31/12/2014, são:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Prefixadas	(1.760)	(554.318)	(1.111.252)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(171)	(39.949)	(73.427)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(320)	(45.186)	(85.006)
Renda Variável	Preço de Ações	(245)	(6.117)	(12.233)
Moeda Estrangeira	Taxas de Câmbio	(187)	(4.668)	(9.336)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(6)	(730)	(1.480)
Total em 31/12/2014		(2.689)	(650.968)	(1.292.734)
Total em 31/12/2013		(3.689)	(688.962)	(1.358.037)

As posições gerais de risco de taxas de juros da carteira de operações não classificadas na carteira de negociação são administradas pela Tesouraria, que utiliza títulos de investimentos e instrumentos derivativos para gerenciar a posição geral decorrente das atividades que não envolvem negociações.

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2014 e 31/12/2013.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Ativos – Dólar	31/12/2014	31/12/2013
Operações de Crédito (ACC/CCE)	965.700	688.113
Outros Recebíveis	22.140	24.912
Total de Ativos	987.840	713.025

Passivos – Dólar	31/12/2014	31/12/2013
Dívida subordinada	1.423.509	1.243.306
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	773.610	687.904
Obrigações por empréstimos no exterior	66.614	238.391
Total de Passivos	2.263.733	2.169.601

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos - Dólar				
Swap	1.557.570	1.936.677	2.575.119	2.770.656
DDI –(Cupom Cambial)	97.796	35.691	97.796	35.691
Total Ativos	1.655.366	1.972.368	2.672.915	2.806.347
Passivos – Dólar				
Swap	128.076	235.504	145.677	257.106
DDI –(Cupom Cambial)	789.323	573.250	789.323	573.250
Dolar	146.215	66.586	146.215	66.586
NDF	16.371	5.318	16.734	5.394
Total Passivos	1.079.985	880.658	1.097.949	902.336

7.2.4. Risco operacional

Visando o aperfeiçoamento e a adequada estrutura para o gerenciamento do risco operacional, o Grupo PAN empenha contínuos esforços e investimentos para, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, implementar ações que permitam a efetividade do gerenciamento de riscos, o qual é realizado considerando o nível de complexidade dos seus negócios, produtos, processos e sistemas.

i. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional é composto das seguintes etapas: identificação; avaliação; mensuração; mitigação; monitoramento; controle; e reporte dos riscos, e nesse processo são considerados também os respectivos controles internos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Devido a sua natureza complexa, o risco operacional, possui características tanto subjetivas quanto objetivas, que implicam na utilização de metodologias qualitativas para identificar e avaliar os riscos, bem como metodologias quantitativas, como por exemplo, a base de dados de perdas e indicadores de riscos, performance e controle, para garantir que o gerenciamento do risco operacional seja efetivo e agregue valor à instituição.

ii. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura para o gerenciamento do risco operacional compreende as diversas áreas e comitês do Conglomerado, e está fundamentada nas três linhas de defesa, na qual a primeira está relacionada a gestão e controle dos negócios e dos riscos provenientes desses negócios; a segunda linha é representada pelas áreas de risco e controle, que atuam de forma integrada ao negócio, porém independente, a fim de garantir o cumprimento das políticas, limites e critérios de avaliação e mensuração de riscos; e a Auditoria Interna atuando como a terceira linha de defesa, apontando para eventuais deficiências no sistema de controles internos e gerenciamento de riscos e de capital.

Dentre as áreas de risco e controle, o Grupo PAN conta com estrutura de governança de gestão de riscos e capital, responsável por garantir que todo o processo seja realizado segundo critérios estabelecidos pelo Grupo, e uma unidade organizacional dirigida para o controle do risco operacional, cujas principais atribuições são:

- Zelar para que a estrutura de gerenciamento do risco operacional seja adequada à natureza e a complexidade da Instituição, assim como assegurar a adequada implantação desta estrutura em linha com as definições e orientações estratégicas definidas pela Alta Gestão;
- Coordenar o processo de implantação do gerenciamento e controle do risco operacional em todos os níveis e empresas do Grupo Pan, por meio de disseminação da cultura e conhecimento, desenvolvimento de metodologia e critérios e suporte na aplicação destas metodologias através de ferramentas e procedimentos necessários a esse processo;
- Promover e coordenar ações e alternativas de mitigação do risco operacional, em conjunto com os gestores dos processos de negócio e de suporte;
- Capturar e reportar as perdas operacionais; e
- Identificar preventivamente o risco operacional inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias nos procedimentos e controles internos adotados pelo Grupo Pan.

iii. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de outubro/13 a dezembro/14, o



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de janeiro/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio de referência nível I	2.746.585	1.497.333
Capital Principal	2.746.585	1.497.333
Patrimônio de referência nível II	1.051.140	1.075.166
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.797.725	2.572.499
Patrimônio de referência	3.797.725	2.572.499
- Risco de crédito	18.382.573	17.104.402
- Risco de mercado	310.106	516.241
- Risco operacional	1.629.411	1.525.266
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.322.090	19.145.909
Índice de Basileia	18,69%	13,44%
Capital nível I	13,52%	7,82%
Capital principal	13,52%	7,82%

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas atuais, que não contêm as cláusulas mais restritivas previstas em Basileia III, deverão ter seu saldo totalmente excluído do capital da Instituição Financeira até janeiro de 2022. A partir de janeiro/15, o percentual máximo que poderá ser utilizado do saldo da dívida subordinada equivale a 70% em relação ao valor informado em dezembro/12.

O PAN utiliza três instrumentos de dívidas subordinadas autorizados a compor seu PR Nível II. O quadro abaixo apresenta um resumo destes instrumentos, bem como seus prazos de vencimento, taxa de juros, periodicidade de pagamento de juros e valor nominal.

Instrumentos Financeiros – PR Nível II	Vencimento	Taxa de Juros	Periodicidade Juros (meses)	Notional	Valor Contábil 31/12/2014	Valor Contábil 31/12/2013
Dívidas subordinadas – Emissão externa	23/04/2020	8,50% a.a	6	US\$ 500.000	R\$ 1.423.509	R\$ 1.243.306
Letras Financeiras Subordinadas	22/05/2018	IPCA + % a.a 5,60	-	R\$ 100.000	R\$ 119.296	R\$ 105.777
Letras Financeiras Subordinadas	05/04/2019	CDI + % a.a 1,35	-	R\$ 10.000	R\$ 13.478	R\$ 11.544

7.2.5. Gerenciamento de riscos financeiros e de seguros

Em decorrência da alienação da PAN Seguros em 29/12/2014, não apresentaremos a seguir saldos patrimoniais deste segmento para 31/12/2014. Entretanto destacaremos quais eram as principais atividades, produtos, política de gerenciamento de riscos, além dos saldos e análises, tendo como base o ano de 31/12/2013.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As principais atividades da Seguradora estão nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional e de Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação foi no Seguro de Vida em Grupo e Empresarial, Acidentes Pessoais Coletivos, destinados a pequenas e médias empresas.
- Seguro Prestamista com atuação em financiamentos de veículos, crédito pessoal, oferecendo coberturas de Morte, Invalidez, opcionalmente com Desemprego Involuntário e Incapacidade Temporária.
- Seguro Habitacional, comercializando exclusivamente para os clientes da Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, ambas empresas ligadas ao Grupo Pan.
- Consórcio DPVAT.

A Seguradora possuía 32 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional foi composta pelas Diretorias Técnica Operacional, Administrativa Financeira e Comercial, utilizando a estrutura de Recursos Humanos, Tecnologia, Jurídica e Marketing do Grupo Financeiro Pan.

O gerenciamento de riscos foi efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração buscava contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros foram ofertados ao mercado, atualmente centralizados na rede do Banco PAN em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios.

A Seguradora subscreveu contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos eram cedidos.

A Política de repasse de riscos foi definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

As operações de seguros envolviam, por parte da Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora esteve exposta foi: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na Seguradora, visava estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros foram submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consistia de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, pricing e risco regulatório.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As atividades da Seguradora estavam em sinergia com as operações do controlador o Banco Pan. Os prêmios relativos aos seguros foram recebidos mensalmente e em parcela única.

Os principais produtos comercializados foram:

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas condições gerais e especiais da apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um capital segurado ao segurado ou a seu (s) beneficiário (s), na hipótese de ocorrência de eventos cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as demais condições contratuais.

Habitacional: Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência do financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as condições contratuais entre estipulante e a PAN Seguros.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as condições gerais, especiais, e o termo de adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, invalidez permanente total ou parcial e assistência funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos

A política de gerenciamento de risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos riscos de seguros, crédito, liquidez, mercado e capital fazem parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da PAN Seguros.

Os produtos de seguros foram ofertados tanto pela rede do Banco Pan. como através de corretores de seguros, devidamente cadastrados. A distribuição de seguros se dá em todo território nacional.

b) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consistia, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Riscos de seguros foram controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos foram mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Seguradora. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro foi aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações foram nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Adicionalmente, a Seguradora operou com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional.

c) Estratégia de Subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter lucro operacional.

A política de aceitação da Seguradora é determinada em função da classificação dos riscos:

- a) Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- b) Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e
- c) Não aceitáveis/Não seguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos de possíveis fraudes.

Na Seguradora o risco de subscrição era avaliado por:

(i) Etapas

- Desenvolvimento do produto e precificação, adequada à realidade do mercado com base em tábuas atuárias pré-definidas;
- Formas de comercialização;
- Análise de aceitação da proposta; e
- Procedimentos e comportamento da sinistralidade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

(ii) Área técnica, operacional e atuarial

- Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;
- Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos não aceitáveis/não seguráveis; e
- Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da Seguradora adotava os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;
- Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;
- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais – análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento

O monitoramento do risco de subscrição foi realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os subriscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;
- Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e
- Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez e refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a Seguradora adotava uma Política de Aceitação de Riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, considerações e variáveis mencionadas anteriormente.

d) Estratégia de resseguro

Essa política visava proteger a carteira da Seguradora, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios relevantes na sinistralidade. A política de resseguros era revisada periodicamente pela Seguradora, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A Seguradora possui contratos de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB - Brasil Resseguros S.A. para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores no exercício findo de 31/12/2013, não foi representativo considerando o cenário atual da Seguradora.

(i) Mapa de contratos de resseguros

Contrato	Carteira	Resseguradoras	%
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Riscos Pessoais	Vida (em Grupo e AP)	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Quota Parte e Excedente de responsabilidade – Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por risco/evento - Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Quota Parte e Excedente de responsabilidade - Seguros Prestamistas	Prestamista	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro Excesso de Danos	Prestamista	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Quota Parte e Excedente de responsabilidade - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por risco/evento - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100

e) Análise de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que o Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a PAN Seguros S.A., na data base de 31/12/2013, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados poderão ser vistos a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Premissas Atuariais	Impacto causado no:							
	Data Base: 31/12/2014				Data Base: 31/12/2013			
	Passivo ⁽⁹⁾	Ativo ⁽¹⁰⁾	PLA	Resultado ⁽¹¹⁾	Passivo ⁽⁹⁾	Ativo ⁽¹⁰⁾	PLA	Resultado ⁽¹¹⁾
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽¹⁾	-	-	-	-	3.204	40	(4.445)	(4.445)
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽²⁾	-	-	-	-	(3.197)	(32)	4.443	4.443
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) ⁽³⁾	-	-	-	-	105	-	(63)	-
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	(105)	-	63	-
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽⁵⁾	-	-	-	-	145	1	(87)	(87)
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽⁶⁾	-	-	-	-	(145)	(1)	87	87
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	2	2	(1)	(1)
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) ⁽⁸⁾	-	-	-	-	(2)	(2)	1	1

Observações:

- (1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- (2) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- (3) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- (4) Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- (5) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- (6) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- (7) Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- (8) Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- (9) Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
- (10) Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
- (11) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da Seguradora insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo Pan, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco em conjunto com a Seguradora a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente. Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da Seguradora, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, conseqüentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN nº 3.308/05 e alterações posteriores, conforme demonstrado abaixo.

g) Faixa de alocação de recursos em 31/12/2013

Ativos financeiros	31/12/2014	Limite (*)	31/12/2013	Limite (*)
Renda fixa - títulos públicos	-	-	67,31%	100,00%
Renda fixa - títulos privados	-	-	6,87%	80,00%
Fundos de investimento	-	-	25,82%	80,00%

(*) Estabelecido na Resolução nº 3.358/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos, baseados no cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo objetivando atender as metas atuariais. Como os títulos públicos federais são papéis de liquidez imediata, não há definição de prazos ou limites máximos de alocação. No caso dos títulos privados, o prazo máximo é limitado a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de aplicações era R\$ 328.432. Do total aplicado em títulos de renda fixa de R\$ 156.505 estão vinculados como recursos garantidores das provisões técnicas sem DPVAT.

São representadas por aplicações financeiras, classificadas no nível 1, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) com vencimento até setembro de 2015, indexadas a 100% da SELIC, e Quotas de Fundos de Renda Fixa, representando do total da carteira 67,31% e 25,82%, respectivamente.

h) Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas. Esses riscos são gerenciados diariamente para a carteira *trading* e mensalmente para a carteira *banking* por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. A Seguradora está exposta aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: os riscos de taxas de juros decorrem da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros;
- Índice de preços: riscos de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como oscilações próprias dos índices; e
- Preços de ações: riscos de perdas derivadas da oscilação de preços de ações as quais a Seguradora tenha exposição.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco Pan, por meio de metodologias aderentes às exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validadas pelos acionistas.

i) Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da PAN Seguros em 31/12/2013.

Fatores de Risco	Carteiras <i>trading e banking</i>	Cenários		
	Exposições sujeitas à variação:	(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de juros Pré Fixadas	(3)	(859)	(1.661)
Cupom de Índ. de Preços	Taxas dos cupons de Índ. Preços	-	(59)	(115)
Renda Variável	Preço de ações	(229)	(5.724)	(11.447)
TOTAL 31/12/2013		(232)	(6.642)	(13.223)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento de último dia útil do mês, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e entre os fatores de risco, assim como possíveis impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme o disposto na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008:

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos (deslocamento vertical das curvas). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação à última cotação vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) se referem a simulações que envolvem fortes situações de stress, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Desta forma, tais resultados não refletem os efeitos de eventuais choques de mercado, uma vez que não levam em conta as correlações entre diferentes fatores de risco ou as ações que seriam tomadas pela Seguradora para reduzir tais riscos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

j) Risco de crédito

A Pan Seguros e sua controlada possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros, o critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada, para isso a carteira de investimentos é composta em sua maioria por títulos públicos brasileiros.

A tabela a seguir mostra os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, sendo os títulos em negociação administrados em sua maioria pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e os ativos financeiros disponíveis para venda composto por 85% de títulos públicos brasileiros e 15% em títulos privados de renda fixa.

Ativos	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	Nível 1	Nível 1
Títulos para negociação	-	84.798
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	243.634
Total	-	328.432

O saldo de contas a receber, está distribuído em diversos clientes aonde a concentração principal de risco de crédito para um único cliente, é representada por prêmios emitidos contra as empresas do Grupo Pan. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros distribuídos por *rating* de crédito em escala nacional “br” de acordo com a agência Standard & Poors em 31/12/2013. Os ativos na categoria “sem rating” de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras refere-se em grande parte a clientes que não possuem *rating* de créditos na agência referida.

Composição da carteira por classe e categoria contábil	AAA	AA+	AA-	A-	A	BBB-	Sem rating	Saldo contábil
Caixas e bancos	73	-	6	-	-	130	-	209
Ativos financeiros								
Títulos em negociação	197.074	429	-	-	-	-	19.764	217.267
Disponíveis para venda	87.523	13.056	-	2	212	-	-	100.793
Empréstimos e recebíveis								
Prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras	-	-	-	-	-	-	13.322	13.322
Exposição máxima ao risco de crédito	284.670	13.485	6	2	212	130	33.086	331.591



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

k) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Seguradora mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecida para a Seguradora, adotando como instrumentos de gestão projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%
Obrigações a pagar	-	-	17.803	46,97
Outras contas a pagar	-	-	11.155	29,44
Prêmios a Restituir	-	-	5	0,01
Operações com seguradoras	-	-	1.314	3,47
Operações com resseguradoras	-	-	2.591	6,84
Corretores de seguros e resseguros	-	-	3.234	8,54
Depósitos de terceiros	-	-	1.797	4,74
Total	-	-	37.899	100,0

l) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT e retrocessão)

	31/12/2013			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
PPNG	83.438	29.086	-	112.524
PPNG-RVNE	10.025	-	-	10.025
IBNR	10.871	1.081	540	12.492
PSL (Aposentec)	67	200	-	267
Total	104.401	30.367	540	135.308

m) Risco de capital

A PAN Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

Em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora em 31/12/2013.

a. Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	-	181.257
Participação em empresas controladas	-	(15.299)
Despesas antecipadas e não relacionadas a resseguro	-	(161)
Intangíveis	-	(828)
Patrimônio líquido ajustado	-	164.969

(i) Capital mínimo requerido em 31/12/2013

Capital de Riscos de Subscrição	34.637
Capital de Riscos de Crédito	11.124
Benefício da Correlação entre riscos	(4.424)
Capital de Risco “PARCIAL”	41.337

(*) ainda não regulamentado pela SUSEP

30% x CR outros	12.401
OP prêmios	543
OP provisão	275
CR oper.	543

Capital de Risco (CR)	41.880
------------------------------	---------------

Prêmios – 0,20*PR (12 últimos meses)	31.982
Sinistros – 0,33*Média Anual SR (36 últimos meses)	14.499
Margem de Solvência (MS)	31.982

Capital Base (CB)	15.000
--------------------------	---------------

Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre (CB, CR, MS)	41.880
Patrimônio Líquido Ajustável (PLA)	164.969
Insuficiência/Suficiência do PLA – (PLA – CMR)	123.089
Insuficiência/Suficiência do PLA em relação ao CMR	293,91%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A partir de 1º de janeiro de 2014 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 302/2013 que extinguiu o cálculo da margem de solvência para as sociedades seguradoras, motivo pelo qual o Capital Mínimo Requerido – CMR passou a ser determinado pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

8) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades em moeda nacional	41.065	39.461
Disponibilidades em moedas estrangeiras	6.233	8.403
Total de disponibilidades	47.298	47.864
Aplicação financeira – curto prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	260.000	876.997
Total	260.000	876.997
Total de caixa e equivalentes de caixa	307.298	924.861

(1) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias

9) ATIVOS FINANCEIROS: MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO / MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco PAN participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, as posições dos instrumentos financeiros derivativos (Valor contábil e de mercado) são as seguintes:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Instrumentos Derivativos	Ativos financeiros para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Indexador:				
Swap				
- Diferencial a receber	6.827	16.982	341.404	198.617
- Diferencial a pagar	(14.265)	(1.954)	(727)	(8.732)
Termo de moeda				
- Posição comprada - NDF	(206)	(250)	-	-
Contratos futuros				
- Posição ativa	17.483	720	-	-
- Posição passiva	(7.738)	(6.235)	-	-
Total líquido	2.101	9.263	340.677	189.885

(*) Os Swaps classificados como ao valor justo por meio do resultado referem-se a operação de *hedge* contábil de valor justo apresentada na (nota 3f).

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo, passivo e compensação, segregados nas categorias indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil, a receber e a pagar. Todas as posições detidas em *swap* são negociadas em balcão e os contratos futuros, na BM&FBOVESPA.

Instrumento/ Posição:	31/12/2014							Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil		
Swap									
Posição ativa:	1.769.852	-	1.690	18.886	72.134	255.521	348.231	379.163	(30.932)
- CDI	34.701	-	-	75	-	-	75	24	51
- Dólar (1)	1.557.570	-	1.690	18.811	72.116	255.411	348.028	379.235	(31.207)
- CDI	28.953	-	-	-	18	110	128	(96)	224
- CDI	55.253	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
- Pré	6.041	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.769.852	(16)	(374)	(11.539)	(1.424)	(1.639)	(14.992)	(12.965)	(2.027)
- Dólar	34.701	-	(335)	(1.813)	(297)	(1.639)	(4.084)	(3.747)	(337)
- CDI (1)	1.557.570	-	(12)	-	(714)	-	(726)	1.901	(2.627)
- Pré	28.953	(16)	(27)	(23)	(1)	-	(67)	(91)	24
- Libor	55.253	-	-	(9.558)	-	-	(9.558)	(10.527)	969
-Dólar	87.334	-	-	(145)	-	-	(145)	(36)	(109)
-Dólar	6.041	-	-	-	(412)	-	(412)	(465)	53
Contratos futuros									
Posição ativa:	3.366.446	17.483	-	-	-	-	17.483	17.483	-
- DDI	887.119	14.586	-	-	-	-	14.586	14.586	-
- Dólar	146.215	2.680	-	-	-	-	2.680	2.680	-
- DI1	2.333.112	217	-	-	-	-	217	217	-
Posição passiva	3.366.446	(7.738)	-	-	-	-	(7.737)	(7.738)	-
- DDI	887.119	(1.733)	-	-	-	-	(1.733)	(1.733)	-
- Dólar	146.215	(3)	-	-	-	-	(3)	(3)	-
- DI1	2.333.112	(6.002)	-	-	-	-	(6.001)	(6.002)	-
Termo de moeda									



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Posição vendida	16.371	(7)	(11)	(21)	(167)	-	(206)	(511)	305
Dólar	16.371	(7)	(11)	(21)	(167)	-	(206)	(511)	305
Posição comprada	16.371	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré	16.371	-	-	-	-	-	-	-	-
Total a receber líquido		9.722	1.305	7.326	70.543	253.882	342.779	375.432	(32.654)

Instrumento/ Posição:	31/12/2013								
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
Swap									
Posição ativa:	1.813.293	196	416	10.069	20.995	183.924	215.600	259.611	(44.011)
- Dólar (1)	1.650.435	-	336	10.007	20.983	183.924	215.250	259.285	(44.035)
- CDI	72.607	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.813.293	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(9.239)	(10.686)	(18.485)	7.799
- CDI (1)	1.650.435	-	(71)	-	(74)	(6.249)	(6.394)	(3.150)	(3.244)
- Dólar	72.607	-	(1.077)	-	(55)	(2.766)	(3.898)	(15.151)	11.253
- IGPM	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Contratos futuros									
Posição ativa:	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	20.791	174.685	199.148	235.345	(36.197)

(i) *Hedge* Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como *hedge* de risco de mercado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, esta em conformidade com o IAS 39.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap – ganhos/perdas não realizadas	645.443	(520.402)	125.041	558.320	(561.212)	(2.892)
Swap – ganhos/perdas realizadas	88.951	(61.216)	27.735	85.481	(45.606)	39.875
Termo de moeda – ganhos/perdas não realizadas	273	(228)	45	836	(33.141)	(32.305)
Termo de moeda – ganhos/perdas realizadas	127	-	127	9.416	-	9.416
Contratos futuros – ganhos/perdas realizadas	984.936	(1.037.087)	(52.151)	581.706	(649.212)	(67.506)
Total	1.719.730	(1.618.933)	100.797	1.235.759	(1.289.171)	(53.412)

10) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” nas demonstrações consolidadas da posição financeira é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros mantidos para negociação		
Cotas de Fundo de Investimento	-	84.796
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	1.711
Notas do Tesouro Nacional - NTN	475.980	-
Total de ativos financeiros mantidos para negociação	475.980	86.507
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.122.160	801.882
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	363
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	249.326	122.767
Outras	-	2
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	1.371.486	925.014
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Notas do Tesouro Nacional – NTN	391.689	434.217
Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE	-	22.570
Cotas de Fundos de Investimento	555	522
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	302	294
Total de Ativos financeiros mantidos até o vencimento	392.546	457.603
Empréstimos e recebíveis		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	20.278	20.227
Cotas de Fundos de Investimento	13.245	32.124
CEPAC	33	-
Total Empréstimos e recebíveis	33.556	52.351
Total	2.273.568	1.521.475

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	925.014	1.435.009
Adições (alienações) líquidas	336.704	(1.105.409)
Ajuste a valor de mercado	(12.042)	(24.674)
Juros	121.810	620.088
Saldo no final do exercício	1.371.486	925.014

Durante o exercício findo em 31/12/2014 e 31/12/2013, o Banco não reconheceu perda por redução do valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	86.507	403.448
Adições (alienações) líquidas	366.592	(394.745)
Ajuste a valor de mercado	(4.374)	(12.548)
Juros	27.255	90.352
Saldo no final do exercício (1)	475.980	86.507

(1) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira *Trading* e Carteira *Banking*, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo.

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento” foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	457.603	301.891
Adições (alienações) líquidas	(111.260)	141.014
Juros	46.203	14.698
Saldo no final do exercício	392.546	457.603

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – empréstimos e recebíveis foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	52.351	106.451
Adições (alienações) líquidas	(23.098)	(58.621)
Juros	4.303	4.521
Saldo no final do exercício	33.556	52.351



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Prazo:		
Sem vencimento	14.136	82.914
Até 360 dias	616.772	184.211
Acima de 360 dias	1.642.660	1.254.350
Total	2.273.568	1.521.475

11) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2014	31/12/2013
Classificação:		
Empréstimos e adiantamento a instituições financeiras	957.537	1.230.697
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras líquidos	957.537	1.230.697
Tipo:		
Operações compromissadas	823.674	1.076.933
Depósitos interfinanceiros	133.863	153.764
Total	957.537	1.230.697

b) Abertura por prazo de vencimento

Prazo	31/12/2014	31/12/2013
Até 30 dias	455.936	882.120
De 31 a 90 dias	439.469	218.289
De 91 a 180 dias	7.331	23.061
De 181 a 360 dias	50.111	40.844
Acima de 360 dias	4.690	66.383
Total	957.537	1.230.697



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

12) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	18.060.025	15.859.410
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - nota 7.2.1d	(799.599)	(1.387.309)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	17.260.426	14.472.101

b) Abertura

Apresentamos a seguir a composição dos “empréstimos e adiantamentos a clientes” por tipo de crédito:

	31/12/2014	31/12/2013
Tipo de crédito:		
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	7.519.811	8.735.373
Empréstimos em consignação	4.311.694	1.941.826
Capital de giro	2.027.258	1.334.359
Financiamentos habitacionais	772.077	946.927
Financiamento a exportação	799.863	585.341
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (*)	596.778	573.602
Títulos e créditos a receber (**)	744.698	560.137
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	478.083	443.474
Empréstimos com garantia imobiliária	528.656	356.383
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	195.877	190.462
Arrendamento mercantil	41.342	139.202
Renegociações	42.172	27.722
Direitos creditórios adquiridos	1.711	23.445
Cheque especial	-	277
Títulos descontados	1	204
Conta garantida	-	49
Outros	4	627
Total	18.060.025	15.859.410

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(**) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

No exercício findo em 31/12/2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) no montante de R\$ 276.423 (2013 – R\$ 211.686).

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 13.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Por prazo de vencimento

	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	602.292	3,33	990.871	6,17
A vencer				
Até 30 dias	1.432.596	7,93	1.285.603	8,12
De 31 a 60 dias	661.124	3,66	589.244	3,72
De 61 a 90 dias	669.138	3,71	552.808	3,49
De 91 a 180 dias	2.038.642	11,29	1.616.548	10,21
De 181 a 360 dias	3.165.217	17,53	2.699.137	17,03
Acima de 360 dias	9.491.016	52,55	8.125.199	51,26
Total	18.060.025	100,00	15.859.410	100,00

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros

• **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:**

No exercício findo em 31/12/2014 e 31/12/2013, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstra-se a seguir.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Sem coobrigação						
Crédito direto ao consumidor	4.117.462	3.835.484	281.978	3.122.155	2.847.995	274.160
Empréstimo em consignação	2.896.180	2.294.770	601.410	3.077.343	2.459.507	617.836
Cédula de crédito bancário	69.313	67.317	1.996	-	-	-
Financiamentos habitacionais	193.691	183.323	10.368	258.949	214.421	44.528
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	17.936	16.952	984	26.031	21.843	4.188
Empréstimos com garantia imobiliária	278.893	244.554	34.339	507.030	396.661	110.369
Total	7.573.475	6.642.400	931.075	6.991.508	5.940.427	1.051.081



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

No exercício findo em 31/12/2014 e 31/12/2013 a provisão para perdas por não recuperação de empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

	31/12/2014	31/12/2013
Movimentação:		
Saldo no início exercício	(1.387.309)	(1.545.856)
Complemento de provisão	(908.542)	(1.113.791)
Baixa contra a provisão	1.496.252	1.272.338
Saldo no final do exercício	(799.599)	(1.387.309)

14) ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

A composição dos saldos da rubrica “Ativos não correntes mantidos para venda” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Veículos terrestres	54.623	74.377
Material em estoque	365	476
Imóveis	86.734	51.881
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(39.999)	(52.170)
Total	101.723	74.564

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos pela venda são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

15) CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	32.135	49.649
Sobre lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos ao FIDCs	-	2.129
Sobre prejuízos fiscais	1.481.863	1.497.901
Sobre diferenças temporárias	1.332.770	1.293.924
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	1.076.524	1.017.328
Sobre provisão de ações cíveis	72.086	65.325
Sobre provisão de ações fiscais	-	21.161
Sobre provisão de ações trabalhistas	37.194	23.016
Sobre provisão de ações tributárias	10.716	8.500
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	14.595	20.999
Sobre ajuste ao valor de mercado	39.571	31.205
Provisão para PLR de funcionários	-	14.639
Outras	82.084	91.751
Total do ativo	2.846.768	2.843.603

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	100.245	136.698
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	9.296	8.573
Provisão para impostos e contribuições	34.335	65.888
Total do passivo	143.876	211.159

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2014			31/12/2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	1.839.354	1.004.249	2.843.603	1.984.392	1.099.009	3.083.401
(+) Constituição de créditos	496.918	285.126	782.044	448.846	258.067	706.913
(-) Realização de créditos	(489.784)	(289.095)	(778.879)	(593.884)	(352.827)	(946.711)
Saldo no fim do exercício	1.846.488	1.000.280	2.846.768	1.839.354	1.004.249	2.843.603

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo

	31/12/2014			31/12/2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	191.923	19.236	211.159	260.189	31.502	291.691
(-) Realização de Passivos	(61.868)	(5.415)	(67.283)	(68.266)	(12.266)	(80.532)
Saldo no fim do exercício	130.055	13.821	143.876	191.923	19.236	211.159

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2014, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 09/02/2015.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajuste IFRS		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	496.342	-	5.087	-	12.487	-	513.916
2015	439.705	428.011	5.024	35.266	(4.545)	10.770	440.184	474.047
2016	338.815	115.282	51.558	23.061	(3.502)	2.900	386.871	141.243
2017	290.224	110.575	37.051	111.850	(3.000)	2.781	324.275	225.206
2018	160.698	144.081	156.775	126.186	(1.661)	3.627	315.812	273.894
2019	124.836	2.108	171.556	181.420	(1.290)	48	295.102	183.576
2020	16.031	8.669	249.736	213.055	(166)	211	265.601	221.935
2021	1.355	46	345.398	249.804	(14)	1	346.739	249.851
2022	469	7.573	341.217	262.012	(5)	190	341.681	269.775
2023	7.026	-	10.871	165.618	(72)	-	17.825	165.618
2024	-	-	11.311	-	-	-	11.311	-
Total	1.379.159	1.312.687	1.380.497	1.373.359	(14.255)	33.015	2.745.401	2.719.061

Em 31/12/2014, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 1.679.995 (R\$ 1.656.972 em 31/12/2013).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 101.367 (R\$ 124.542 em 31/12/2013), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

e) Créditos Tributários não Ativados

Em 31/12/2014, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$1.137.970 (R\$ 1.220.245 em 31/12/2013), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 455.185 (R\$ 488.096 em 31/12/2013), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

f) Encargos com imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, estão assim demonstrados:

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado antes da tributação sobre o lucro de participações de acionistas minoritários	81.824	(22.258)
Crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	(32.730)	8.903
Ativação de créditos tributários dos exercícios anteriores	(2.923)	(3.266)
Ajuste de crédito tributário de exercício anterior	-	(175.227)
Crédito Tributário não ativado anteriormente utilizado no Refis	32.911	-
Outros	7.205	97.390
Diferença de alíquota entre as empresas	(3.772)	414
Imposto de renda e contribuição social no exercício	691	(71.786)

16) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2014	31/12/2013
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	7.769	10.069
Cédula de Crédito Imobiliário	30/12/2043	sem correção monetária	Até 18,33	148.511	183.681
Contratos Imobiliários	25/05/2023	IGPM	Até 12,00	565	1.377
Total				156.845	195.127

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa qualidade, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

17) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	32.864	29.127
Aplicações Financeiras	141.694	182.360
Recebíveis Imobiliários (1)	9.718.376	10.313.889
Outros Ativos	28.401	26.513
Total do Ativo	9.921.335	10.551.889
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	9.797.053	10.400.866
Outros Passivos	114.071	137.865
Total do Passivo	9.911.124	10.538.731
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	10.211	13.158

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 19,80% a.a. (31/12/2013 – 0,00% a.a. a 19,80% a.a.) e também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 22/01/2044;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 77,50% a.a. (31/12/2013 – 3,07% a.a. a 77,50% a.a.) e, também são atualizados por 100% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

- b) Ao longo do exercício de 2014, a controlada Brazilian Securities adquiriu o montante de R\$ 946.839 (31/12/2013 - R\$ 3.134.267) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente, foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 2.209 (31/12/2013 – R\$ 15.223).
- c) Em 31/12/2014, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 26.404, que corresponde a 0,27% do total dos recebíveis imobiliários vinculados às séries.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

18) OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Valores a receber por cessão de créditos (i)	424.458	221.427
Depósitos judiciais e fiscais	195.600	144.554
Relações interfinanceiras	45.190	26.121
Despesas antecipadas (iii)	19.697	19.703
Valores a receber de empréstimos consignados (ii)	26.237	17.456
Devedores diversos País	10.305	13.888
Valores específicos (iv)	-	4.800
Pagamentos a ressarcir	1.135	354
Valores a receber de sociedade ligadas	49.228	-
Outros	114.864	154.100
Total	886.714	602.403

(i) Referem-se, substancialmente, a valores a receber de créditos cedidos à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco;

(ii) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco que constituem provisão integral para perdas e para os repasses em atraso a mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2014 R\$ 11.724 (31/12/2013 – R\$ 13.830);

(iii) Referem-se substancialmente a despesas antecipadas sobre operações de cartões de crédito não incorridas na originação; e

(iv) Referem-se substancialmente a valores pendentes de recebimento de cobrança judicial.

19) ATIVO TANGÍVEL

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco também não foi parte de nenhum contrato de arrendamento mercantil para aquisições próprias durante os períodos findos em 31/12/2014 e 31/12/2013.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis são os seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis de uso	4%	-	-	-	2.198
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	56.298	(13.170)	43.128	48.564
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.836	(736)	1.100	1.827
Sistemas de processamento de dados	20%	17.833	(6.974)	10.859	12.546
Sistemas de transportes	20%	521	(239)	282	164
Outras imobilizações	-	-	-	-	132
Total		76.488	(21.119)	55.369	65.431



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldos no início do exercício	65.431	42.216
Aquisições	9.481	36.330
Baixas	(6.787)	(3.372)
Depreciação	(12.756)	(9.743)
Saldos no final do exercício	55.369	65.431

No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores do Ativo Tangível por *impairment* no montante de R\$ 4.060.

20) ATIVO INTANGÍVEL

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2014			31/12/2013
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com desenvolvimento logiciais	20% a 50%	72.583	(36.742)	35.841	29.449
Outros	10%	22	(20)	2	1.503
Total		72.605	(36.762)	35.843	30.952

b) Variações

As variações na rubrica “ativo intangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2013	29.449	1.503	30.952
Adições/ Baixas	23.628	-	23.628
Baixas	(852)	(1.500)	(2.352)
Amortização do exercício	(16.384)	(1)	(16.385)
Saldo em 31/12/2014	35.841	2	35.843

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2012	25.216	3	25.219
Adições/ Baixas	16.221	1.500	17.721
Amortização do exercício	(11.988)	-	(11.988)
Saldo em 31/12/2013	29.449	1.503	30.952



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No exercício encerrado em 31/12/2014, foram baixados valores do Ativo Intangível por *impairment* no montante de R\$ 54.

21) DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

A composição, por classificação tipo dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	9.807.561	7.491.372
Tipos:		
Obrigações por operações compromissadas	1.176.040	1.086.997
Depósitos interfinanceiros	8.631.521	6.404.375
Total	9.807.561	7.491.372

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Prazo		
Até 30 dias	8.190.491	5.483.729
De 31 a 60 dias	212.527	524.089
De 61 a 90 dias	184.144	748.234
De 91 a 180 dias	5.808	610.547
De 181 a 360 dias	101.101	2.962
Acima de 360 dias	1.113.490	121.811
Total	9.807.561	7.491.372

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

22) DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2014	31/12/2013
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.843.003	2.860.930
Tipos:		
Depósitos à vista	107.002	178.058
Depósitos a prazo (1)	2.736.001	2.682.872
Total	2.843.003	2.860.930



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (1) Conforme fato relevante divulgado em 09/12/2013, o Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Prazo		
Sem vencimento	107.002	178.058
Até 30 dias	88.921	60.517
De 31 a 60 dias	81.023	391.501
De 61 a 90 dias	91.240	381.066
De 91 a 180 dias	312.069	199.511
De 181 a 360 dias	534.252	228.542
Acima de 360 dias	1.628.496	1.421.735
Total	2.843.003	2.860.930

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

23) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014	31/12/2013
• No País	-	1.703	-	100.000	101.703	101.458
• No Exterior	-	66.614	-	-	66.614	238.391
Total em 31/12/2014	-	68.317	-	100.000	168.317	-
Total em 31/12/2013	3.267	2.322	117.130	217.130	-	339.849

24) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Recursos de emissão de títulos” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2014	31/12/2013
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.394.441	4.436.843
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	1.546.761	1.471.212
Letras Financeiras - LF	2.006.698	2.227.845
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	840.982	724.857
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	12.929
Total	4.394.441	4.436.843



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2014	31/12/2013
Prazo		
Até 30 dias	217.662	173.428
De 31 a 60 dias	315.223	161.691
De 61 a 90 dias	562.268	183.032
De 91 a 180 dias	841.444	1.125.248
De 181 a 360 dias	785.752	736.691
Acima de 360 dias	1.672.092	2.056.753
Total	4.394.441	4.436.843

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

25) OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Classificação:		
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	773.610	687.904
Total	773.610	687.904

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento do passivo financeiro ao custo amortizado.

Em 22/02/2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total captado foi de US\$ 500.000 por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26/10/2009 e US\$ 300.000 mil em 04/08/2010.

O Banco PAN cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06/2011 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

A seguir, saldo atualizado da tranche nas datas dos balanços:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2014	31/12/2013
288.638	5,5% a.a.	04/08/2015	773.610	687.904
Total			773.610	687.904



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Variações

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no Exterior” foram as seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldos no início do exercício	687.904	612.588
Juros	39.252	36.071
Variação cambial	90.516	86.332
MTM	(6.871)	(13.252)
Amortizações / baixas	(37.191)	(33.835)
Saldos no final do exercício	773.610	687.904

26) RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

	31/12/2014	31/12/2013
Crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	107.299	129.740
Total	107.299	129.740

27) OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31/12/2014 e 31/12/2013, as responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos montam a R\$ 672.116 (R\$ 498.748 em 31/12/2013), valor presente apurado por meio das taxas dos contratos. O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito e que representa o passivo por coobrigação sobre os créditos cedidos é de R\$ 789.122 (R\$ 540.424 em 31/12/2013).

	31/12/2014	31/12/2013
Passivo ao custo amortizado - coobrigação em cessão de crédito		
Passivo por coobrigação em crédito cedido	789.122	540.424
Total	789.122	540.424



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

28) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição

Demonstra-se seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Remuneração	31/12/2014	31/12/2013
No Exterior:					
2020	10	US\$ 500.000	Taxa de 8,50% a.a.	1.423.509	1.243.306
Custos associados à emissão				(7.969)	(9.487)
Subtotal no Exterior				1.415.540	1.233.819
No País:					
2018	06	R\$ 10.000	100,0% CDI + 1,35% a.a.	13.478	11.544
2019	06	R\$ 100.000	100,0% IPCA + 5,60% a.a.	119.296	105.777
Subtotal no País				132.774	117.321
Total				1.548.314	1.351.140

b) Variações

As variações na rubrica “Dívidas Subordinadas” foram as seguintes:

No Exterior	31/12/2014	31/12/2013
Saldos no início do exercício	1.233.819	1.173.085
Juros	102.895	91.221
Pagamento de Juros	(100.145)	(88.856)
Variação cambial	156.800	149.550
MTM	20.923	(92.699)
Custo associado à emissão	1.248	1.518
Saldos no final do exercício	1.415.540	1.233.819

No País	31/12/2014	31/12/2013
Saldos no início do exercício	117.321	10.540
Emissão	500	100.000
Juros	14.953	6.781
Saldos no final do exercício	132.774	117.321



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

29) PROVISÕES

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “Provisões” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Processos cíveis	180.478	163.105
Processos tributários	26.824	21.386
Processos trabalhistas	96.602	59.717
Provisão para riscos fiscais	-	53.241
Provisões técnicas de seguros	-	182.937
Total	303.904	480.386

b) Variações

As variações na rubrica “Provisões” foram as seguintes:

	31/12/2014					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Técnicas de Seguro	Total
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	53.241	182.937	480.386
Baixas	(45.582)	(98.896)	(12.384)	(55.523)	(64.944)	(277.329)
Constituições líquidas de reversões	82.467	116.269	17.822	2.282	78.765	297.605
Transferência em decorrência da alienação de participação societária	-	-	-	-	(196.758)	(196.758)
Saldo em 31/12/2014	96.602	180.478	26.824	-	-	303.904

	31/12/2013					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Técnicas de Seguro	Total
Saldo em 31/12/2012	17.543	113.285	20.970	642.662	143.946	938.406
Baixas	(7.988)	(127.425)	-	(742.486)	(113.151)	(991.050)
Constituições líquidas de reversões	50.162	177.245	416	153.065	152.142	533.030
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	53.241	182.937	480.386

c) Riscos Fiscais

O Banco PAN e sua controlada (Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a ampliação da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinham efetuando o pagamento destas contribuições incidentes sobre receitas financeiras, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, posteriormente convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014. O Banco PAN aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2012, e desistindo da



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

discussão judicial existente. Consequentemente, as respectivas provisões existentes foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

Em 29/07/2014, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. também desistiu da discussão judicial existente e aderiu ao REFIS para usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, pagando à vista os débitos referentes às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 a 2013.

	31/12/2014	31/12/2013
COFINS	-	45.802
PIS	-	7.439
Total	-	53.241

d) Riscos de ações trabalhistas, cíveis e tributários

O Banco PAN e suas controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretensão enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819. Em 25/08/2014, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 2º, da Lei nº 12.996/2014, com alterações da MP 651/2014, aderiu à modalidade de pagamento à vista prevista na Lei 11.941/09 em relação a parte do auto de infração de IRPJ e CSLL, permanecendo a discussão administrativa no montante de R\$ 7.961. Para liquidação desse saldo remanescente, em 28/11/2014, amparada pelos artigos 33 e 34 da Lei 13.043/2014, a instituição optou pela liquidação antecipada desses débitos, parte em dinheiro e parte com créditos de prejuízos fiscais acumulados de empresas ligadas.

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656. Aguarda-se a publicação de acórdão para protocolo do Recurso de Revisão pela empresa, endereçado às Câmaras Reunidas do Conselho Municipal de Tributos de São Paulo.

No 4º trimestre de 2014, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de contribuição social relativo ao ano base de 2009, no montante de R\$ 17.369. Para liquidação desse valor, em 28/11/2014, amparada pelos artigos 33 e 34 da Lei 13.043/2014, a instituição optou pela liquidação antecipada desses débitos, parte em dinheiro e parte com créditos de prejuízos fiscais acumulados.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

e) Provisões técnicas de seguros

A composição dos saldos da rubrica “Provisões Técnicas” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de prêmios não ganhos		
Prestamista	-	108.794
Desemprego/ perda de renda	-	10.500
Acidentes pessoais coletivos	-	2.761
Rendas de eventos aleatórios	-	405
Vida em grupo	-	49
Seguro Habitacional – Prestamista	-	39
Seguro Habitacional – Demais coberturas	-	1
Total	-	122.549
Sinistros a liquidar		
Prestamista	-	2.408
Acidentes pessoais coletivos	-	2.076
Desemprego/ perda de renda	-	740
Rendas de eventos aleatórios	-	813
Vida em grupo	-	1.393
Seguro Habitacional – Prestamista	-	125
Outros	-	16
Subtotal	-	7.571
DPVAT	-	21.436
Total	-	29.007
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
Prestamista	-	7.579
Acidentes pessoais coletivos	-	1.445
Desemprego/ perda de renda	-	1.123
Rendas de eventos aleatórios	-	688
Vida em grupo	-	1.495
Seguro Habitacional – Prestamista	-	115
Seguro Habitacional – Demais Coberturas	-	46
Resseguros	-	38
Subtotal	-	12.529
DPVAT	-	17.643
Total	-	30.172
Provisão de despesa relacionada		
Prestamista	-	121
Acidentes pessoais coletivos	-	154
Rendas de eventos aleatórios	-	126



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Vida em grupo	-	349
Desemprego/ perda de renda	-	17
Total	-	767
Outras provisões		
Outras provisões técnicas de prev. complementar	-	267
Subtotal	-	267
DPVAT	-	175
Total	-	442
Total das provisões técnicas - Seguros e Resseguros	-	182.937

f) Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$ 7.571 em 31/12/2013, o valor de R\$ 3.729 refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	31/12/2014		31/12/2013	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	-	-	339	3.729
Total	-	-	339	3.729

30. OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica “Outros Passivos” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito	629.151	554.055
Negociação e intermediação de valores	88.771	149.805
Arrecadação de cobrança	60.020	95.422
Serviços de terceiros	55.628	54.419
Pessoal	65.211	72.711
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (*)	-	34.872
Obrigações fiscais e previdenciárias	36.877	36.717
Valores específicos de consórcio	11.445	15.815
Valores a pagar a sociedades ligadas	24.836	11.958
Tributos a recolher	8.893	4.748
Captação de recursos por meio de FIDCs	-	2.658
Valores a pagar a lojistas	162	2.088
Outros	52.460	101.423
TOTAL	1.033.454	1.136.691

(*) O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se em 2010 pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Débitos previdenciários	-	30.265
Demais débitos	-	4.607
Total	-	34.872

31. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2014 é de R\$ 3.460.732 e R\$ 2.867.020 em 31/12/2013, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2014	31/12/2013
Ordinárias	535.029.747	292.463.400
Preferenciais	394.010.416	242.612.675
Total	929.040.163	535.076.075

b) Movimentação do capital social em quantidade de ações

O BACEN aprovou em 29/08/2014 o Aumento de Capital em ON e PN homologado em 14/08/2014 pelo Conselho de Administração da Companhia.

	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2013	292.463.400	242.612.675	535.076.075
Aumento de Capital	242.566.347	151.397.741	393.964.088
Quantidade de ações em circulação em 31/12/2014	535.029.747	394.010.416	929.040.163

Aumento de Capital Social da Companhia, no limite do capital autorizado.

Em 13/06/2014, o Conselho de Administração do PAN aprovou aumento do capital social da Companhia no valor total de até R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais).

Após o prazo para exercício do direito de preferência e do rateio de sobras realizado, foram subscritas um total de 242.566.347 ações ordinárias e 151.397.741 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 3,38 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.331.601 destinados respectivamente R\$ 593.712 para Capital Social e R\$ 737.889 para Reserva de Capital.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14/08/2014, foi aprovada a homologação do Aumento de Capital em ON e PN, conforme deliberado em 13/06/2014 pelo Conselho de Administração da Companhia. O BACEN aprovou tal aumento em 29/08/2014.

c) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, o percentual vigente é de 35%.

Em reunião do Conselho de Administração de 09/02/2015, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2014, a ser referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas dos administradores de 2014, no valor bruto de R\$ 1.811, sendo R\$ 0,001949614 brutos por ação (R\$ 0,001657171 líquido de imposto de renda na fonte de 15%), cujo pagamento será efetuado até 31/12/2015.

A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2014.

	31/12/2014	% (1)
Lucro líquido Societário	4.630	
(-) Reserva Legal	(232)	
Base de cálculo	4.398	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	1.811	41,18%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(272)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	1.539	35,00%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos da rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) Participação dos acionistas não controladores

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	21	24
Participação no prejuízo do exercício	-	(1)
Aumento/Redução de participação de acionistas não controladores	(1)	(2)
Saldo no final do exercício	20	21

g) Lucro / Prejuízo básico e diluído por ação

O lucro/prejuízo por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

Lucro / Prejuízo Básico e Diluído por Ação	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	82.516	(94.043)
Lucro/Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia (1)	82.516	(94.043)
Número Médio Ponderado de ações ordinárias em circulação (mil) (2)	393.533	292.463
Lucro/Prejuízo por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia (1/2)	0,21	(0,32)

Em 31/12/2013 o prejuízo por ação diluído não difere do prejuízo básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

32. RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

A receita líquida com juros é calculada pela diferença das receitas com juros e as despesas com juros do exercício.

As receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

As despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.879.287	3.463.597
Variações cambiais	1.647.798	1.512.497
Lucro nas cessões de crédito	931.075	1.051.081
Títulos e valores mobiliários	173.784	320.667
Títulos emprestados a operações compromissadas	82.101	137.433
Outras	174.984	83.286
Total de receitas com juros	6.889.029	6.568.561
Despesas com juros e similares		
Dívidas subordinadas	(1.073.526)	(811.617)
Despesas de títulos e valores mobiliários	(576.532)	(612.244)
Variações cambiais	(336.399)	(489.512)
Depósitos de instituições financeiras	(839.615)	(376.756)
Depósitos de clientes	(404.691)	(295.035)
Operações de arrendamento mercantil	(178.682)	(256.956)
Recurso de emissão de títulos	(479.027)	(221.218)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(119.259)	(155.979)
Outras	(96.318)	(88.313)
Total de despesas com juros	(4.104.049)	(3.307.630)
Total	2.784.980	3.260.931

33. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição dos saldos da rubrica “receitas de tarifas e comissões” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Cartões de crédito	152.270	138.368
Administração de consórcios	14.329	17.397
Estruturação de operações / fundos	885	13.091
Serviços de cobrança	1.107	444
Comissão / intermediação	27.624	3.124
Outras rendas de tarifas	11.966	8.727
Total	208.181	181.151



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

34. DESPESAS DE PESSOAL

A composição dos saldos da rubrica “Despesas de Pessoal” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Proventos	285.123	268.971
Encargos sociais	83.694	75.055
Benefícios	63.413	55.712
Honorários	17.142	26.339
Outros	3.970	4.178
Total	453.342	430.255

35. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos da rubrica “Despesas Tributárias” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Contribuição à COFINS	130.523	147.830
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	32.576	33.202
Contribuição ao PIS	22.445	25.209
Impostos e taxas (i)	10.318	11.268
Total	195.862	217.509

(i) Refere-se substancialmente aos tributos municipais e federais e taxa de fiscalização

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição dos saldos da rubrica “Outras Despesas Administrativas” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Comissões pagas a correspondentes bancários	657.843	637.968
Serviços de terceiros	187.306	184.688
Serviços do sistema financeiro	69.860	72.517
Processamento de dados	77.610	58.045
Aluguéis	50.047	48.655
Comunicações	44.926	48.174
Propaganda, promoções e publicidade	31.679	34.894
Taxas e emolumentos	26.775	33.453
Despesas com busca e apreensão de bens	14.211	21.171
Comissão referente a carteira adquirida	10.804	17.550
Manutenção e conservação de bens	8.747	11.191
Transporte	6.998	9.358
Viagens	8.269	8.138
Materiais de consumo	899	846
Administração de fundos	87	1.994
Outras	71.995	36.076
Total	1.268.056	1.225.227



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

37. GANHOS/ (PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda, são compostos por títulos públicos federais e os seus ganhos e perdas são resultantes da venda desses instrumentos financeiros.

38. PROVISÕES (LÍQUIDAS)

A composição dos valores da rubrica “provisões (líquidas)” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Riscos tributários / fiscais	(20.507)	120.640
Riscos cíveis	(116.792)	(177.245)
Riscos trabalhistas	(75.206)	(50.162)
Total	(212.505)	(106.767)

39. RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS

Receita de prêmios de seguros ganhos por ramo (1)	31/12/2014	31/12/2013
Seguros de Pessoas	168.852	129.020
Danos pessoais (DPVAT)	42.451	37.893
Acidentes pessoais coletivos	8.980	7.837
Desemprego/perda de renda	6.174	7.484
Prestamista	106.429	73.352
Renda de eventos aleatórios	993	744
Vida em grupo	845	(494)
Seguro Habitacional – Prestamista	2.135	1.623
Seguro Habitacional – Demais coberturas	642	581
Microseguro	203	-
Seguros de Danos	544	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	541	-
Outros	3	-
Total	169.396	129.020

(1) Resultado líquido da variação das provisões técnicas de prêmios.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Sinistros ocorridos por ramo	31/12/2014	31/12/2013
Seguros de Pessoas	45.341	43.878
DPVAT	37.224	33.079
Rendas de eventos aleatórios	(660)	1.349
Desemprego/perda de renda	(232)	1.899
Acidentes pessoais coletivos	(451)	770
Resseguros	38	40
Vida em grupo	(576)	(3.308)
Prestamista	8.852	9.316
Seguro Habitacional – Prestamista	277	462
Seguro Habitacional – Demais coberturas	68	46
Microseguro	45	-
Assistência	756	225
Seguros de Danos	60	-
Garantia Estendida - Bens em Geral	60	-
Total	45.401	43.878

Resultado líquido das operações de seguros	31/12/2014	31/12/2013
Receitas de prêmios de seguros ganhos por ramo	169.396	129.020
Sinistros ocorridos por ramo	(45.400)	(43.878)
Total	123.996	85.142

40. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição dos saldos da rubrica “outras receitas (despesas) operacionais” é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
Recuperação de encargos e despesas	38.709	18.432
Variação monetária ativa/passiva	(192.379)	(138.680)
Atualização monetária de valores a receber - cessão	1.057	3.354
Desconto na aquisição de carteira adquirida	(2.469)	27.424
Benefício residual em operações securitizadas	6.657	8.384
Adesão ao Refis	(9.017)	29.186
Despesa de cessão de operações de crédito	(385.692)	(403.171)
Prejuízo com operações de crédito/ financiamento e fraudes	(45.113)	(30.436)
Gravames	(22.896)	(19.609)
Outras	(73.663)	(36.584)
Total	(684.806)	(541.700)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

41. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que o Banco é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada do Banco.

a) Saldos com partes relacionadas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	31/12/2014		31/12/2013	
			Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	5	-	5	-
Total			5	-	5	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (b)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	18.995	49.999	6.950
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	3.651	-	4.327
Total			-	22.646	49.999	11.277
Instrumentos de dívida (c)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	-	86.563	8.837
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	-	22.390	1.481
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	Controlador	Sem prazo	-	-	22.885	1.681
Total			-	-	131.838	11.999
Cessão de crédito (d)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	426.692	-	189.985	-
Total			426.692	-	189.985	-
Outros Ativos (e)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	12.773	-	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	Controlador	Sem prazo	-	-	58	-
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	4.420	-	-	-
Panamericana Adm. E Corretagem de Seg. de Prev. Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	16.593	-	-	-
Total			33.786	-	58	-
Depósitos de clientes (f)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	(1.889)	-	-	-
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	Sem prazo	(6)	-	-	-
Pessoal chave da administração		Sem prazo	(1)	-	-	-
Total			(1.896)	-	-	-
Depósitos de instituições financeiras (g)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	19/02/2015	(2.518.107)	(241.269)	(1.308.963)	(49.247)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Caixa Econômica Federal	Controlador	04/03/2015	(5.855.642)	(561.335)	(4.977.657)	(140.753)
Total			(8.373.749)	(802.604)	(6.286.620)	(190.000)
Depósitos de clientes (h)						
Panamericano Adm. e Corretagem de Seg.de Prev.Privada Ltda.	Ligada	07/12/2017	(18.690)	(925)	-	-
Total			(18.690)	(925)	-	-
Derivativos						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	(9.140)	-	(2.726)
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	(456)	-	(538)
Total			-	(9.596)	-	(3.264)
Recursos de emissão de títulos (i)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	30/10/2017	(520.888)	(43.140)	(353.819)	(21.022)
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	(342)	-	-
Pessoal chave da administração		29/07/2019	(28.368)	-	-	-
Total			(549.256)	(43.482)	(353.819)	(21.022)
Derivativos (j)						
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	28/12/2015	130.011	226.012	-	-
Total			130.011	226.012	-	-
Outros Passivos (k)						
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	-	(70)	-
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	(75)	-	(151)	(151)
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	Controlador	Sem prazo	(19)	-	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	Controlador	Sem prazo	-	-	(389)	-
PAN Seguros	Ligada	Sem prazo	(12.061)	-	-	-
Total			(12.155)	-	(610)	(151)
Receitas de tarifas e comissões (l)						
BTG Pactual Gestora de Recursos LTDA.	Controlador	Sem prazo	-	171	-	-
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	33.591	-	-
Total			-	33.762	-	-
Despesa de pessoal (m)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	(645)	-	-
Total			-	(645)	-	-
Outras despesas administrativas (n)						
PAN Seguros S.A.	Ligada	Sem prazo	-	(1.782)	-	-
Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	-	-	(40)
Caixa Seguradora S.A.	Ligada	Sem prazo	-	-	-	(3)
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	(896)	-	(939)
BTG Pactual Corretora	Ligada	Sem prazo	-	(97)	(23)	(106)
Tecban S.A.	Ligada	Sem prazo	-	(948)	-	(653)
Câmara Interbancária de Pagamentos	Ligada	Sem prazo	-	(159)	-	(669)
Total			-	(3.882)	(23)	(2.410)
Receitas com juros e similares						



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Caixa Econômica Federal	Controlador	Sem prazo	-	929.079	-	1.051.081
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	Sem prazo	-	1.996	-	-
Total			-	931.075	-	1.051.081

- (a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;
- (b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (c) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;
- (d) Referem-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;
- (e) Referem-se a valores de cobrança a receber a serem repassados e carteira de câmbio;
- (f) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (h) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (i) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;
- (j) Referem-se à operações de *Swap*;
- (k) Referem-se à valores de prêmio de seguros a repassar, arrecadados por meio de empresas ligadas, liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;
- (l) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga a correspondente por intermediação de negócios;
- (m) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores; e
- (n) Referem-se à outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas coligadas.

b) Remuneração dos administradores

No Banco PAN, foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2014, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 29.445 (R\$ 29.500 em 31/12/2013) (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de honorários (*)	17.142	26.339
Contribuição ao INSS	3.857	3.801
Total	20.999	30.140

(*) Registrados na rubrica de “Despesas com Pessoal”.

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, para os quais seja requerida a constituição de passivo atuarial, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

42. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No exercício de 31/12/2014, o montante dessa contribuição foi de R\$ 589 (R\$ 664 no exercício de 31/12/2013).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela Companhia.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2014 a R\$ 52.374 (R\$ 55.712 no exercício de 31/12/2013).

43. ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros oferecidos em garantia:		
Instrumentos de dívida	1.080.797	570.825
Total	1.080.797	570.825

44. GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (*notional*) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2014	31/12/2013
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(24.000)	(18.484)
Depositários de valores em custódia	(97.075)	(134.500)
Total de garantias prestadas	(121.075)	(152.984)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro, portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

45. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Consórcios;
- Securitização;
- Promotora de Vendas; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, utilitários, motocicletas, eletroeletrônicos e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários.

O segmento de Promotora de Vendas constitui a atuação como correspondente bancário do Banco.

As operações dos segmentos Banco e Consórcio estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Banco.

Todas as receitas e despesas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas no exercício findo em 31/12/2014 resultado entre os segmentos Banco, Consórcio e Outros.

As demonstrações de resultado sintéticas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2014							
	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	6.733.618	20.721	1.999	66.674	25.353	12.932	(27.732)	6.889.029
Despesas com juros e similares	(4.106.111)	(6.021)	-	(34.310)	(23)	-	42.416	(4.104.049)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	2.627.507	14.700	1.999	32.364	25.330	12.932	70.148	2.784.980
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(908.542)	-	-	-	-	-	-	(908.542)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	276.423	-	-	-	-	-	-	276.423
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	1.995.388	14.700	1.999	32.364	25.330	12.932	70.148	2.152.861
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	101.115	24.310	-	(4.693)	-	-	-	120.732
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	(4.375)	24.310	-	-	-	-	-	19.935
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	105.490	-	-	(4.693)	-	-	-	100.797
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	(764)	-	-	-	-	-	-	(764)
Receitas de tarifas e comissões	167.321	-	14.336	3.070	289.596	35.325	(301.466)	208.181
Despesas administrativas	(1.818.400)	(31.342)	(13.303)	(23.629)	(278.939)	(27.500)	275.854	(1.917.260)
Despesas com pessoal	(234.299)	(8.927)	(1.920)	(8.634)	(199.067)	(1.093)	598	(453.342)
Despesas Tributárias	(137.190)	(9.129)	(1.592)	(4.869)	(40.613)	(2.469)	-	(195.862)
Outras despesas administrativas	(1.446.911)	(13.286)	(9.791)	(10.126)	(39.259)	(23.938)	272.255	(1.268.056)
Depreciações e amortizações	(23.889)	(74)	(39)	-	(4.987)	(151)	-	(29.141)
Provisões (líquidas)	(188.681)	(4.786)	(6.012)	138	(13.163)	-	-	(212.505)
Resultado líquido das operações de seguros	-	125.983	-	-	-	-	(1.987)	123.983
Outras receitas (despesas) operacionais	(748.470)	(45.789)	(850)	8.074	1.388	(60.740)	161.582	(684.806)
Resultado na alienação de investimento em participações societárias	386.530	-	-	-	-	-	-	386.530
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(62.731)	2.201	-	(2.159)	(2.709)	(602)	-	(66.000)
LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO em 31/12/2014	(192.581)	85.203	(3.870)	13.164	16.517	(40.738)	204.130	81.824



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	31/12/2013							
	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Receitas com juros e similares	6.394.392	23.817	2.091	134.228	17.560	22.142	(25.669)	6.568.561
Despesas com juros e similares	(3.230.621)	(4.490)	-	(83.600)	(17)	(14.571)	25.669	(3.307.630)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	3.163.771	19.327	2.091	50.628	17.543	7.571	-	3.260.931
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.113.791)	-	-	-	-	-	-	(1.113.791)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	211.686	-	-	-	-	-	-	211.686
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	2.261.666	19.327	2.091	50.628	17.543	7.571	-	2.358.826
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	(70.495)	5.197	-	17.083	-	-	-	(48.215)
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	-	5.197	-	-	-	-	-	5.197
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(70.495)	-	-	17.083	-	-	-	(53.412)
Ganhos (perdas) líquidos com ativos financeiros disponíveis para venda	(9.641)	-	-	-	-	-	-	(9.641)
Receitas de tarifas e comissões	94.637	-	17.492	4.626	275.272	-	(210.876)	181.151
Despesas administrativas	(1.734.978)	(43.179)	(14.364)	(32.698)	(278.719)	(6.269)	237.725	(1.872.482)
Despesas com pessoal	(209.864)	(11.534)	(2.788)	(14.569)	(191.196)	(1.155)	851	(430.255)
Despesas Tributárias	(162.079)	(8.701)	(1.897)	(5.751)	(38.910)	(171)	-	(217.509)
Outras despesas administrativas	(1.363.035)	(22.944)	(9.679)	(12.378)	(48.613)	(4.943)	236.874	(1.224.718)
Depreciações e amortizações	(16.350)	(236)	(35)	(16)	(4.614)	(480)	-	(21.731)
Provisões (líquidas)	(89.823)	(2.626)	(3.234)	-	(10.109)	(975)	-	(106.767)
Resultado líquido das operações de seguros	-	89.779	-	-	-	-	(1.637)	85.142
Outras receitas (despesas) operacionais	(495.905)	11.829	(1.673)	10.755	17	(2.227)	(64.496)	(541.700)
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(46.842)	-	-	-	1	-	-	(46.841)
LUCRO / PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO em 31/12/2013	(107.731)	77.091	277	50.378	(609)	(2.380)	(39.284)	(22.258)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “*INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB*”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Total em ativos em 31/12/2014	26.220.564	-	41.455	339.125	267.358	955.387	(2.244.527)	25.579.362
Total em passivos em 31/12/2014	22.173.286	-	24.370	126.534	54.251	4.373	(446.978)	21.935.836
Total em ativos em 31/12/2013	22.102.317	448.466	46.486	520.508	261.848	713.571	(2.170.378)	21.922.818
Total em passivos em 31/12/2013	19.319.372	226.467	27.501	313.446	45.168	13.084	(261.429)	19.683.609



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – IASB”

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 30 de março de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice – Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro

Antonio Carlos Porto Filho

Fábio de Barros Pinheiro

Fabio Lenza

Marcelo Terrazas

Marcos Antônio Macedo Cintra

Marcos Roberto Vasconcelos

Mateus Affonso Bandeira

Marcos Bader

Roberto Balls Sallouti

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves

Carlos Eduardo Pereira Guimarães

Eduardo Almeida Prado

Eduardo Nogueira Domeque

Jose Luiz Trevisan Ribeiro

Leandro de Azambuja Micotti

Maurício Antônio Quarezemin

Paulo Alexandre da Graça Cunha

CONSELHO FISCAL

Marcelo Adilson Tavarone Torresi

Marluce dos Santos Borges

Paulo Roberto Salvador Costa

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira

Almir José Meireles

Marcelo Yugue

CONTADOR

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2